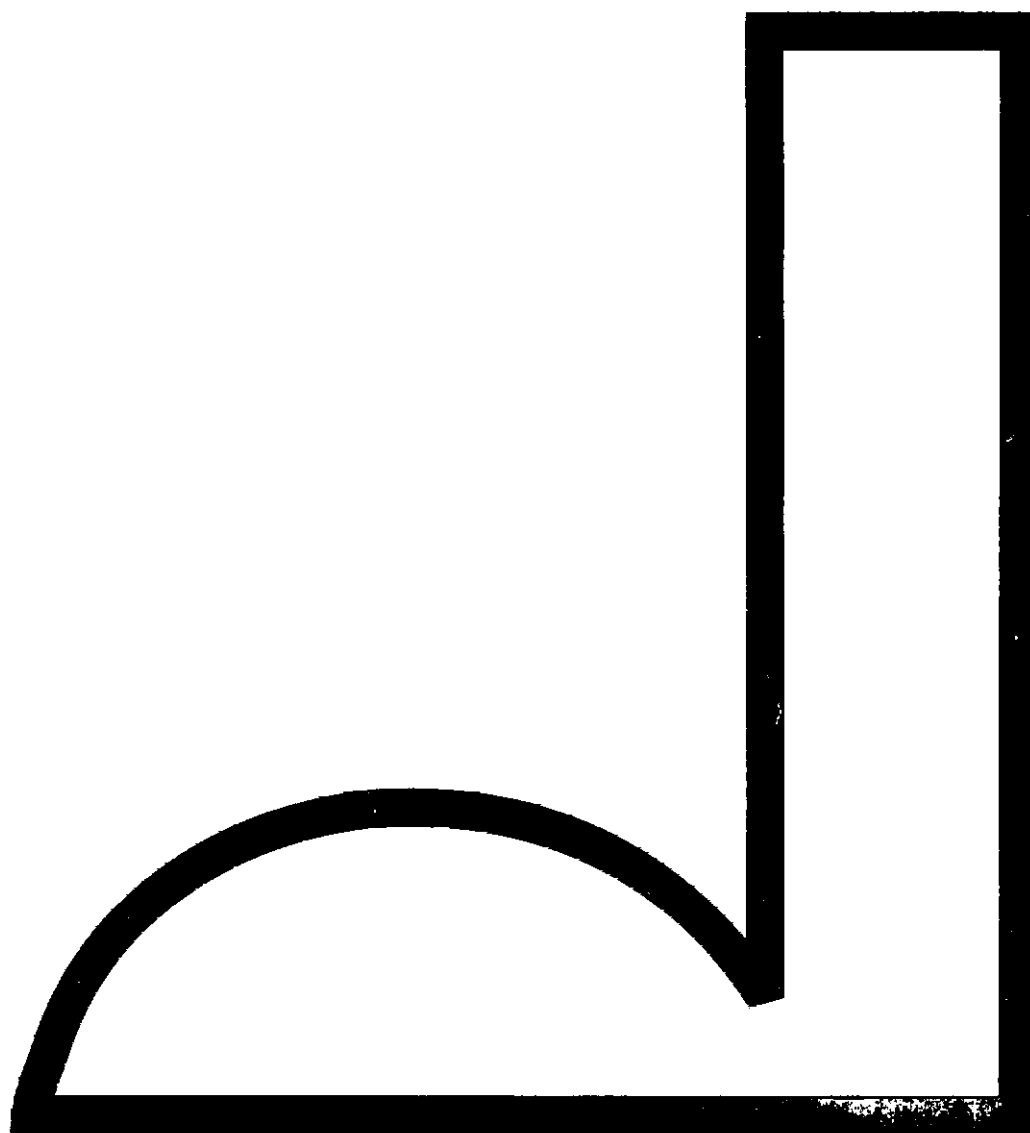




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edson Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10 Líder <i>Helolisa Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Pêres</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciél da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial		<i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 111ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE AGOSTO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 789, de 2000 – CN (nº 1.222/2000, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 16, de 2000 – CN, que altera programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000/2003. (Publicada em suplemento a este Diário) 17617

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 16, de 2000 – CN, constante de mensagem presidencial lida anteriormente. 17617

1.2.3 – Ofícios

S/nºs, de 2000, de 9, 15 e 24 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.052-1, 2.054, 2.055, 2.056, 2.057 e 2.058, de 2000. 17617

Nº 146/2000, de 30 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.055, de 2000. ... 17618

Nº 148/2000, de 30 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, comunicando a cessão de vaga e correspondente indicação de membro para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Designação do Senador Leomar Quintanilha para integrar, como titular, a referida Comissão. 17619

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Indignação com a desigualdade e injustiça sociais no Brasil. Considerações sobre o assassinato da jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*. 17619

SENADOR BERNARDO CABRAL – Homenagem pelo transcurso, no próximo dia 1º de setembro, do 28º aniversário da Rede Amazônica de Televisão. 17621

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Preocupação com a intervenção militar na Colômbia e a iminente invasão da Amazônia. 17625

SENADOR PEDRO SIMON – Repercussões do foco de febre aftosa no Estado do Rio Grande do Sul. Registro da realização da EXPOINTER – Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul. Reflexão sobre os Programas de Alimentação Popular e de Suplementação Alimentar, e a valorização da extensão rural. 17631

SENADORA HELOÍSA HELENA – Entrega ao Itamaraty de propostas do Grupo de Trabalho do Fórum de São Paulo sobre a preservação da paz na Colômbia. Comentários à participação das mulheres na política nacional. 17633

SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre a violação dos direitos humanos na Colômbia. 17636

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 461, de 2000, de autoria do Senador Albino Boaventura, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Pastor Osvaldo Silva, ocorrido em 30 de agosto do corrente. O Sr. Presidente, Senador Henrique Loyola, em nome da Mesa, associa-se às homenagens prestadas. 17639

Nº 462, de 2000, de autoria do Senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 16, 21, 23, 33, 54, 62 e 92, de 1999, e 1, de 2000, com a de nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, por regularem a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 17639

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Posicionamento contrário à aprovação da denominada Lei da Mordada. 17639

1.3 – ENCERRAMENTO
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Bernardo Cabral, proferido na sessão do dia 30-8-2000. (Republicação) 17641

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 31-8-2000

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional no período de 1º a 31 de agosto de 2000 e correspondência expedida. 17643

5 – ATAS DE COMISSÕES

9ª, 11ª a 32ª Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizadas em 5 e 26 de abril, 3, 10, 17, 18, 23, 24, 30 e 31 de maio, 1º, 7, 14, 15, 19, 21 e 27 de junho, 1º, 8, 9 e 10 de agosto de 2000. 17675

10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 26 de abril de 2000. (Republicação) 17675

21ª e 22ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 2 e 9 de agosto de 2000, respectivamente. 17675

35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 8 de agosto de 2000... 17675

11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 10 de agosto de 2000..... 17675

6 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 40, de 2000. 17675

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 897 a 900, de 2000. 17678

Nº 901, de 2000, referente à aposentadoria do servidor Anani Wiener Duarte. 17678

Nº 902, de 2000, referente à aposentadoria do servidor João Dias da Costa Filho..... 17679

Nº 903, de 2000, referente à aposentadoria do servidor Erich Mohn. 17679

Nº 904, de 2000. 17679

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 111ª Sessão Não Deliberativa em 31 de agosto de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Henrique Loyola

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Cândido, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(*) MENSAGEM Nº 789, DE 2000-CN (Nº 1.222/2000, na origem)

Encaminhando o Projeto de Lei nº 16, de 2000-CN, que altera programas e ações do plano plurianual para o período de 2000/2003.

(*) Publicada em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Do Expediente lido, que vai à publicação, consta mensagem presidencial encaminhando ao Projeto de Lei nº 16, de 2000-CN, que altera programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000/2003, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 5-9 – publicação e distribuição de avulsos;

até 19-9 – prazo para realização de audiências públicas;

até 22-9 – prazo para apresentação de emendas perante a comissão;

até 27-9 – prazo para publicação e distribuição dos avulsos das emendas;

até 13-10 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual pela Comissão;

até 20-10 – prazo para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Cândido.

São lidos os seguintes:

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição a designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 2.052-1

PUBLICAÇÃO DOU: 30-7-00

Assunto: Regulamenta o inciso II do § 1º e o 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea j, 10, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Sérgio Machado

Brasília, 9 de agosto de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 2.054

PUBLICAÇÃO DOU: 14-8-00

Assunto: Abre crédito extraordinário no valor global de R\$130.000.000,00, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e dos Transportes, para os fins que especifica.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 15 de agosto de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição a designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 2.055

PUBLICAÇÃO DOU: 14-8-00

Assunto: Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 1º de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências.

Titular: Ricardo Santos

Suplente: Pedro Piva

Brasília, 15 de agosto de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 2.056

PUBLICAÇÃO DOU: 14-8-00

Assunto: Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acrescenta dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Sérgio Machado

Brasília, 15 de agosto de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em Substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 2.057

PUBLICAÇÃO DOU: 14-8-00

Assunto: Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$162.000.000,00, para os fins que especifica.

Titular: Lúdio Coelho

Suplente: Arthur da Távola

Brasília, 15 de agosto de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 2.058

PUBLICAÇÃO DOU: 24-8-2000

Assunto: Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

Titular: Geraldo Melo

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 24 de agosto de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

OF. Nº 146/00 – GLPFL

Brasília, 30 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Jorge Bornhausen, pelo Senador Paulo Souto, como titular, na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.055, de 11 de agosto de 2000, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Seção feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Cândido.

É lido o seguinte:

OF Nº 148/00-GLPFL

Brasília, 30 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência haver cedido ao Partido Progressista Brasileiro a vaga do Partido da Frente Liberal, ocupada pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Comunico, ainda, que, de acordo com entendimentos havidos entre as lideranças dos dois Partidos, PFL e PPB, indico, para ocupar a referida vaga, o Senador Leomar Quintanilha.

Atenciosamente, – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – A Presidência designa o Sr. Senador Leomar Quintanilha, nos termos do ofício que acaba de ser lido, para integrar como membro titular a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT– AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, há episódios que, embora particulares, envolvendo duas ou mais pessoas, pela sua natureza e pela repercussão que alcançam, tornam-se assunto de interesse público. É o caso do crime ocorrido em São Paulo, envolvendo dois jornalistas, um como autor e a outra como vítima, o qual, a meu ver, é emblemático por mostrar como a sociedade brasileira é visceralmente desigual e como parte da elite brasileira está impregnada de uma cultura machista e autoritária.

Um cidadão que ocupava um alto posto em um dos grandes jornais do País usou o seu poder naquele órgão para empregar uma moça e, depois, guindá-la a um cargo mais elevado, com salário substancialmente maior, sem nenhum critério, a não ser o de fazer ou consolidar uma conquista amorosa.

Mas como alguém já observou, um caso como esse não se trata propriamente de amor, é apenas um caso de domínio pessoal, de uma pessoa sobre a outra, a qual passa a ser sua posse ou sua propriedade.

Quando essa presa ameaçou se libertar, veio a reação brutal na forma de um homicídio que beira a hediondez por suas características, motivo e meio utilizado. A vítima foi abatida com um tiro pelas costas e

um tiro de misericórdia, na cabeça, quando estava prostrada no solo.

Tirou-se uma vida humana dessa forma em nome de quê, Sr. Presidente?

Em sua justificativa, transmitida para todo o País pela rede de televisão, disse o assassino que "matou porque estava sendo traído individual e profissionalmente pela vítima".

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, essa coisa antiga e odiosa da suposta lavagem da honra, como disse o cronista Antônio Maria, certa vez, referindo-se a um crime dessa natureza e se dirigindo ao criminoso: "Sangue não lava nada, só suja". Ainda se lava a honra no Brasil, matando-se! E que honra, Sr. Presidente? O criminoso, mostrando absoluta falta de ética, tenta, ainda, na entrevista, ou no depoimento, denegrir a imagem da vítima, tentando justificar o injustificável. Disse que a moça havia sido guindada àquele posto por ele, embora fosse incompetente. Que coisa mais antiética! Em primeiro lugar, ele usou do poder – se a acusação for verdadeira, promoveu a moça indevidamente para assegurar conquista amorosa; segundo, denegriu a imagem da morta, que, assassinada por ele, não pode se defender. Da hediondez do crime em si à hediondez da falta de ética.

A seguir, o cidadão é recolhido a uma clínica mediante um atestado médico particular. Um médico atestou que ele estaria com problemas mentais, sem condições de ser interrogado ou de ir à prisão. A juíza decretou a prisão e o desembargador concedeu liminar com base no atestado particular, sem ter tido a elementar prudência de pedir o laudo de uma junta oficial, imediatamente.

Pergunto, Senadora Heloisa Helena, será que um morador de uma favela de São Paulo, que tivesse cometido um crime, teria liminar de um desembargador com base em um atestado particular de um médico?

O Sr. Bernardo Cabral (PFL– AM) – Teria a prisão determinada imediatamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT– AM) – Que País mais injusto! E, como as elites se julgam acima da lei, conseguem burlá-la diante de um jogo de proteção mútua de médicos, de juízes.

E o tratamento que parte da imprensa deu? Ainda ontem, ouvi uma apresentadora de televisão dizer: "o jornalista acusado". Jornalista acusado? Trata-se de réu confesso. Ele confessou o crime no mesmo dia, quando telefonou para o jornal **O Estado de S. Paulo**. Como um réu confesso é acusado ou suspeito? Ele é assassino mesmo, confesso, não existe

mais dúvida alguma. E recebe esse tratamento corporativista da parte de seus colegas de jornal.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Exª, Senadora Heloisa Helena, com prazer.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Jefferson Péres, esta manhã realmente é muito importante. Eu ia tratar do tema, e fiquei mais feliz, sinceramente, por ser V. Exª a trazê-lo à Casa, primeiro, porque lhe tenho admiração e respeito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – E é recíproco.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Segundo, por V. Exª trazer este tema. Eu tive a oportunidade de andar em muitos Municípios, ajudando, de alguma forma, a fazer campanha política para companheiros que são candidatos dos Partidos do Bloco da Oposição neste País. Passei por determinados Municípios onde há mulheres candidatas não apenas do Bloco da Oposição, como também de Partidos da base de sustentação do Governo. Vendo esses recortes de jornais sobre o caso da jornalista, rememorando toda uma tradição desqualificada, machista, medíocre, realmente típica de uma sociedade injusta, desigual, ia trazer este assunto ao debate, mas fiquei muito feliz, como mulher, que fosse um homem digno, como V. Exª, a fazê-lo, para não parecer que seria simplesmente disputa de posição feminista em relação ao tema. Penso que nós mulheres, neste País todo, estamos cada vez mais indignadas com determinado tipo de posição. Por quê? Se for uma mulher mansa, domesticada, vítima de uma sociedade maldita, injusta e desigual, passa a ser aceita em qualquer espaço de decisão, de disputa de poder; se for uma mulher senhora de seu próprio destino, que queira trazer para si a possibilidade de decidir sobre sua vida, imediatamente, é desqualificada com aquele termo chulo e horroroso que caracteriza as mulheres que amam de uma forma diferente do que estabelece o velho livrinho falso moralista, que estabeleceu uma única forma de amar, ou ela, imediatamente, é acusada com aquele outro termo chulo e desqualificado com que a sociedade trata as mulheres que vendem seu corpo, muitas vezes, por um prato de comida. E é exatamente isso que está acontecendo neste caso específico, como já ocorreu em vários outros, em todo o Brasil, na minha Alagoas e em vários outros Estados. Esses homenzinhos de alma pequena, incapazes de amar e de serem amados, talvez até vítimas, também, de

uma sociedade e de uma cultura machista, acabam usando uma coisa terrível como esta, que é justamente arrancar aquilo que é tão precioso para nós, mulheres e homens. Imaginem o que esta sociedade diria, se a mulher dissesse que ele é um "enrustido" e também o desqualificasse sexualmente. Imediatamente se geraria uma rebelião completa. Como não é o que acontece, porque a sociedade não espera isso, vem o silêncio. Sinto-me triste e indignada pelo que tenho visto no País, pelo caso da jornalista e por milhares de outros casos de violência contra as mulheres, às vezes, em sua própria casa. Não há algo que marque mais uma mulher – porque não marca só o nosso corpo, mas a nossa alma e a nossa dignidade – do que sermos feridas por aqueles que amamos, ou nos tornarmos vítimas das rodas de homens indignos, ridículos, medíocres, que desqualificam as mulheres sexualmente, moralmente, do mesmo jeito como se fez. Portanto, sinto-me indignada, infeliz e triste, mas, por outro lado, sinto-me feliz por ser V. Exª, um homem digno, a trazer este debate à Casa. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senadora. Espero que V. Exª não deixe de ocupar a tribuna para continuar tratando do tema. Que não fique apenas no meu pronunciamento – parece que fui o primeiro a fazê-lo no Senado –, que manifesta a minha indignação, porque, repito, Senadora, não é um fato apenas pessoal, isolado. Isso reflete toda a mentalidade dominante na sociedade brasileira, repassada de hipocrisia. Esse cidadão, como vimos em um vídeo antigo de TV, há poucos meses se manifestava, com ar superior, sobre a violência, "própria de sociedades primitivas". Mente mais primitiva do que a desse cidadão? Educado, ocupando um alto posto no jornal, comete um crime sórdido como esse e a sordidez maior de investir contra a vítima e de procurar proteção para escapar à prisão, com uma rede de proteção em torno dele. Este é o retrato da sociedade brasileira: hipócrita, porque todos se dizem democratas, e são autoritários; dizem-se antimachistas, e, no fundo, são machistas; dizem-se anti-racistas, e são racistas também. Não todos, evidentemente, mas estou-me referindo a uma boa parte da elite.

Eles pensam que as mulheres são propriedades deles, que pertencem a uma casta superior, que são intocáveis, que vão ficar impunes – e ficam mesmo, Senadora. Pela repercussão que teve esse crime, talvez o julgamento seja abreviado. Mas quantos anos esse assassino vai ficar na prisão? Não sei. Talvez pegue a pena mínima para homicídio, talvez nem seja

condenado por homicídio qualificado – e, sem dúvida, o é. Talvez cumpra um terço da pena prevista no Código Penal e, breve, breve, esteja nas ruas outra vez, livre e solto, como os criminosos de colarinho-branco deste País.

Senadora Heloísa Helena, quantos ex-Prefeitos, ex-Governadores, empresários de Alagoas estão na penitenciária? No Amazonas, nenhum. Na classe dominante brasileira, nem homicida cumpre pena – essa é a triste verdade –, nem um homicida que comete um crime desse grau de hediondez.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este meu pronunciamento é apenas um desabafo para manifestar minha indignação com essa sociedade realmente desigual e injusta que continua sendo a brasileira, apesar dos avanços que fizemos nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – sobretudo a eminente Senadora Heloísa Helena –, apesar de o noticiário estar voltado para o lado do Direito Penal, quero registrar, por antecipação, nesta data, o aniversário da Rede Amazônica de Televisão.

Amanhã, dia 1º de setembro, a Rede completa 28 anos de existência. Por que o faço? Porque a sua diretoria, à frente o Presidente, todos eles são meus amigos há mais de 40 anos. Portanto, nada mais correto do que eu poder registrar, neste mundo da chamada mídia – algumas travestidas de balcões de comércio –, que eu saiba desde o início como a Rede Amazônica de Televisão se formou. Talvez por isso não haja nas minhas palavras nenhum outro sentido senão serem elas sejam forradas de sílabas de solidariedade por alguém que, formando um conjunto, criou um patrimônio de dignidade e de integração na minha terra e na minha região.

Quero trazer aqui o que era ontem e, num feliz relato, já lá vão alguns anos, um dos integrantes da Rede Amazônica, o seu Presidente, meu velho amigo Phelippe Daou, contava.

Na cidade de Tefé, interior do meu Estado, uma senhora assistia à inauguração da transmissora da Rede Amazônica, e se aproxima do então Ministro das Comunicações, o Sr. Euclides Quandt de Oliveira, e diz-lhe, textualmente – observe, Sr. Presidente, palavras saídas da boca de uma pessoa humilde, interiorana, que da capital só tinha ouvido falar, mas jamais lhe vira uma imagem –: “Ministro, agora somos

gente”. Na boca de uma pessoa que não tem absolutamente nenhum traquejo intelectual, de onde não sai nenhum sorriso de bajulação, isso, é claro, é um risco de perfeita definição do que ela sentia.

A partir dali, toda a nossa região era inundada de informações e de entretenimentos. Pois bem, as palavras são mais ou menos estas:

Ontem, para romper o isolamento a que estava condenada esta metade verde do continente brasileiro [diz o Diretor Phelippe Daou], movimentávamos 7.000 fitas de videocassete [vou repetir: 7.000 fitas de videocassete], fazendo uma verdadeira operação de guerra para que chegassem ao seu destino, embora oferecendo programas com atraso de 1 a 10 dias. [Isso ocorria 28 anos atrás, Sr. Presidente.] Hoje, os baús de alumínio e madeira que transportavam essas fitas e os 350 videocassetes que as reproduziam foram substituídos pela instantaneidade do **Amazonsat**, canal exclusivo de satélite, que operamos 24 horas por dia, colocando os amazônidas de todos os confins no mesmo pé de igualdade dos brasileiros do Rio e São Paulo, por exemplo.

Veja, Sr. Presidente, o que é o pioneirismo de uma rede amazônica! Frente as que surgem hoje, com toda a tecnologia, não se tem idéia do que foi esse trabalho. Diz ainda o Dr. Phelippe Daou:

Ontem, era apenas a TV Amazonas oferecendo, como novidade, programas em cores em Manaus, mas que sonhava cobrir toda a região. Hoje, o sonho está transformado em 5 geradoras, 8 minigeradoras e 120 retransmissoras de televisão, instaladas nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá, 4 emissoras de rádio, o Amazonsat, a cara e a voz da Amazônia, serviços de **paging**, **trunking** e provedorias de Internet em todos os Estados onde operamos.

Ontem, a desnacionalização de nossos irmãos [esta parte, Sr. Presidente, faço questão de deixar registrada; dá uma idéia do que é a brasilidade], moradores nas áreas de fronteira, era um fato vergonhoso e doloroso: nossas mulheres pariam nos hospitais de nossos vizinhos e lá muitas registravam os filhos em cartório para poderem obter, mais adiante, a propriedade de um

lote de terra, direito só conferido por exemplo a colombiano nato; as nossas crianças eram alfabetizadas em espanhol nas escolas deles, e grandes e pequenos cantavam o hino desses países. Hoje, a situação é completamente outra, e o Hino Nacional Brasileiro, com que abrimos e encerramos as programações diárias de todas as nossas estações, virou modinha na fronteira, desde 1972.

Veja, Sr. Presidente, a desnacionalização era tão grande que as pessoas atravessavam a fronteira para assistir, no país vizinho, na Colômbia, as aulas, nos grupos escolares; aprendiam as suas cantigas, aprendiam os seus hinos. Hoje, canta-se o Hino Nacional Brasileiro, e ele virou modinha para os brasileiros que lá se encontram, naquela distância enorme.

Ontem [continua o relato de Phelippe], o principal problema da empresa era o recurso humano especializado. Área carente de profissionais da radiodifusão, a solução era formá-los, ou buscá-los em outros centros, a pesados custos e com os riscos de ambientação. Hoje, o programa de treinamento levado a efeito em todos os níveis, com a criação e funcionamento da Fundação Rede Amazônica, o mais importante setor de nossa organização, garante-nos os profissionais de que necessitamos para a expansão de nossas atividades e, além disso, atende às necessidades de outros radio-difusores da região.

Ontem, nossas coberturas limitavam-se às nossas cidades. Hoje, estão mais longe, com a Sucursal em Brasília e os repórteres viajando por toda parte, inclusive ao exterior, cobrindo acontecimentos relacionados com a Amazônia, sempre esta a nossa prioridade editorial.

A propósito, Sr. Presidente, nesses 28 anos, quando se relata o problema da fronteira, o que se verifica, nos jornais de ontem e de hoje, é a preocupação com a chamada Operação Colômbia, que está a colocar o nosso território à mercê do que possa haver no chamado resultado das tropas, que, ao acossarem a população vizinha em busca de guerrilheiros e narcotraficantes, sem dúvida nenhuma, os levarão a invadirem o nosso território, para aqui se agasalharem, na fuga daquelas circunstâncias.

Portanto, a Rede Amazônica teve, além do pioneirismo, a possibilidade da integração da nossa região, Sr. Presidente. Há muitos anos, quando era eu ainda Deputado Federal, eu dizia que era melhor integrar para não ter que entregar.

Agora, neste 28º ano de aniversário da Rede Amazônica, quero registrar a sua diretoria, composta do diretor-presidente, Dr. Phelippe Daou, do diretor-superintendente, Dr. Milton Cordeiro, dos diretores Aluisio Daou, Nivelles Daou e Joaquim Margarido, e o diretor da Sucursal em Brasília, Dr. Raimundo Moreira.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Antes de finalizar, Sr. Presidente, quero fazer um requerimento a V. Exª, tão logo ouça o meu eminente companheiro, Senador Pedro Simon, que ainda recentemente esteve na nossa terra e ali brilhou por inteiro, numa palestra que fez, que conhece a Amazônia com a sola dos seus pés e não por ouvir dizer – e feliz do brasileiro que conhece o Nordeste, que sabe das suas dificuldades, e que conhece sobretudo o Norte.

Ouç V. Exª, Senador Pedro Simon, com muita alegria.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª tem sido uma voz permanente neste Congresso, chamando a atenção da Nação para a importância e o significado da Amazônia. Os temas que V. Exª aborda vão desde aqueles que se referem à Zona Franca de Manaus até a integração e a soberania da Amazônia. É uma pena que, ao longo de todo esse tempo – e a vida parlamentar de V. Exª vem de longo tempo –, não se tenha prestado mais atenção aos seus pronunciamentos. É verdade que houve uma época em que a Amazônia chegou a ter uma preferência importante neste País – estou falando agora, depois do movimento militar. Foi no Governo Sarney, justiça seja feita, quando S. Exª criou o Programa Calha Norte, um programa perfeito, na minha opinião, porque reunia vários elementos era um programa militar, mas também social, de desenvolvimento e de integração. De lá para cá, não só esvaziaram o Calha Norte, como as coisas foram indo. Senador Bernardo Cabral, eu não recebi convite. V. Exª recebeu convite para a reunião dos presidentes hoje à noite?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Não se esqueça de que nós outros somos integrantes do Poder Legislativo e, como tal, considerados enteados desta Nação.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Parece-me que apenas os Senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães receberam. O Senador Antônio Carlos vai, e o Senador José Sarney não vai, vai viajar. Ele poderia indicar V. Ex^a. Eu sugeriria que a Mesa se dirigisse ao Senador José Sarney, para saber se S. Ex^a vai viajar, e indicasse o Senador Bernardo Cabral para representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já que S. Ex^a diz que quem representa o Congresso é o Senador Antonio Carlos. Penso que quem representa o Congresso é o Senador Antonio Carlos, sim, mas temos uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que tem a sua representação! Faço um apelo à Mesa, para que se dirija ao Senador José Sarney, que diz que não ficará, porque tem de viajar e não tem nada com isso. Que S. Ex^a indique o Senador Bernardo Cabral, ou quem S. Ex^a quiser, se entender que há alguém melhor. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – V. Ex^a será atendido na sua recomendação.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muito obrigado. É interessante haver uma reunião hoje, no momento em que o nosso amigo, o Presidente americano, está na Colômbia. Essa coincidência chega a me parecer... Vamos ver o discurso do Presidente da República hoje. A conferência é muito importante, principalmente porque vêm o México, o Suriname e a Guiana, países que normalmente estão mais voltados para o outro lado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – É isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O México mais com os americanos; a Guiana e o Suriname mais com o Caribe. E, pela primeira vez, eles estão reunidos conosco. Um grande feito do Presidente Fernando Henrique e do Itamaraty, não há dúvida alguma. No entanto, é uma coincidência – eu até diria que é uma provocação do Presidente americano – estarmos aqui reunidos exatamente quando o Presidente da Colômbia está recebendo o Presidente americano – para discutir o que eu não sei. Senador Bernardo Cabral, eu não sei! Manchetes de jornais americanos, estudiosos das intervenções americanas no exterior, estudiosos das universidades dizem que há todo o risco de isso ser a repetição do Vietnã. E até contam a história de Kennedy, que, às vésperas de largar o governo, fez a bobagem de determinar a intervenção no Vietnã, que ninguém levou a sério, e que depois deu no que deu.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – E o Camboja foi o resultado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Exatamente. Agora, o Sr. Presidente está fazendo a mesma coisa. E dizem mais: é infinitamente mais grave aqui do que no Vietnã. Lá, o americano interveio em um país, o Vietnã. Aqui, ele vai intervir na Colômbia? Não! Quando houver a confusão, eles sairão para a Floresta Amazônica, que tem quantos milhões de quilômetros quadrados? Quantos países? Brasil,...

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Dois terços do território nacional estão na Amazônia. Eu chamaria a atenção de V. Ex^a, para ajudá-lo nesse raciocínio. Veja, Senador Pedro Simon, como V. Ex^a tem razão quando faz absoluta indicação da Amazônia: nesse instante dirão os interessados que a Amazônia não dispõe de forças para garantir a sua integridade, e aí está a forma da sua internacionalização.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Estão começando hoje. Há tanta má-fé nisso que, primeiro, os americanos mandaram o interventor para falar com toda a América Latina, para pedir que enviássemos gente para lá, um batalhão para ajudar a combater o tóxico. É disso que eles gostam: de uma tropa de aliados – para não se falar em americanos, mas em aliados. Ninguém aceitou. Eles vão sozinhos, vão colocar dinheiro e fazer a intervenção. Vai dar luta. Vão misturar o combate ao tóxico com o nacionalismo e com as brigas internas. E digo mais, deixando barato: ainda que os colombianos quisessem ir para o centro, para a cidade, vão ser empurrados para a Amazônia, porque a intenção é ir atrás deles. Não é à toa que, na Guiana, os americanos têm, há vários anos, uma escola que prepara para viver na Amazônia, para guerrihar na Amazônia. Essa gente eles já têm. Sei que é muito difícil, afinal o Presidente Fernando Henrique faz uma reunião da maior importância, e que tem o maior mérito, por reunir, pela primeira vez, essa representação dos países latino-americanos. México, Guiana e Suriname, por exemplo, nunca vieram a essas reuniões. No entanto, essa reunião não pode passar sem uma nota sobre a Colômbia. Não sei se V. Ex^a pensa como eu, mas acho se faz necessária uma nota a esse respeito. E penso mais: pena que o Presidente José Sarney não esteja aqui – ex-Presidente da República, ex-Presidente do Congresso Nacional, uma figura que ocupou os mais altos cargos na história deste País, nosso colega Senador –, para fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estamos em recesso, mas estamos trabalhando. Faço aqui um

apelo ao Presidente José Sarney para que faça uma reunião da Comissão de Relações Exteriores. Se S. Exª quiser viajar, indique o Senador Bernardo Cabral para ir à reunião. Tenho certeza de que se o Senador Bernardo Cabral tiver chance, haverá de dizer lá isso que estamos pensando aqui. Eu só sei que o dia "d" é hoje. Senador, vamos estar aqui ainda por muito tempo, e nós saberemos como foi o primeiro dia – que é hoje. Nós vamos lembrar que V. Exª estava na tribuna, que debatemos, que esse debate coincidiu com a reunião dos países latino-americanos no Brasil. Começou hoje. Como vai estar daqui a quatro anos, juro por Deus que eu não sei.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, dizia-se anteriormente nos parlamentos que o aparte era uma forma de tirar do orador que se encontrava na tribuna o fio condutor filosófico do seu discurso. Eu sempre combati isso. Eu achava que não. Hoje tenho absoluta convicção de que o Senador Pedro Simon demonstra, com seu aparte, que enriquece meu discurso. Se, portanto, ele estivesse forrado de pobreza, seria agora enriquecido. É evidente que eu incorporo de logo o seu aparte ao meu discurso, não só pelo Senador que é, mas também pelo Governador que foi e pelo Ministro de Estado que desempenhou as suas funções com honradez e decência.

Veja, Senador Pedro Simon, que eu falava do 28º aniversário da Rede Amazônica de Televisão, inaugurada, construída, dirigida por amigos meus de mais de quarenta anos, e que fizeram dessa emissora a integração da Amazônia. E V. Exª lembra que há uma diferença, porque o Vietnã não dispunha, como dispomos hoje, dos meios de comunicação para alertar. Exemplo disso é a Rede de Televisão Amazônica, que hoje está toda interligada por satélite exclusivo, e a ela têm acesso, inclusive, as capitais Boa Vista, Macapá e Rio Branco – veja V. Exª como as nossas fronteiras estão ali cercadas.

A Rede de Televisão Amazônica acaba de receber um equipamento que vai permitir a digitalização de toda a rede, inclusive na sucursal, em Brasília. Isso quer dizer que teremos a melhor qualidade de transmissão na Amazônia – tanto na parte oriental quanto na ocidental –, igual à do Centro-Sul, igual à da capital, Manaus. Nos mais diversos rincões da Amazônia, no mais minúsculo município do Estado, chegará, com muito mais velocidade do que hoje, qualquer notícia, afastando, portanto, a possibilidade da desinformação.

Um velho provérbio chinês – faço essa observação porque V. Exª registrou que hoje era o primeiro dia

– diz que uma longa caminhada começa com o primeiro passo. Discordo: uma longa caminhada começa com a decisão que antecede o primeiro passo, e essa decisão estamos tomando agora, por antecedência, reclamando, discutindo.

Sr. Presidente, muita me honra a indicação do Senador Pedro Simon para representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas S. Exª disse: "a não ser que haja outro melhor". Outro melhor é exatamente o Senador Pedro Simon, a quem eu retribuo, Sr. Presidente, fazendo a sua indicação. Quando V. Exª a fizer, faça-a dizendo que declino da honrosa indicação, porque faço questão de que represente a nossa Comissão o Senador Pedro Simon.

Quero encerrar agora com as palavras que o Presidente da Rede de Televisão Amazônica, Dr. Philippe Daou, proferiu por ocasião da comemoração dos 25 anos de existência daquela emissora. Disse ele:

Por último, compartilhando este acontecimento com os companheiros de todos os setores de nossa empresa, dedico a parte que nos cabe inteiramente à eterna madrinha da Rede de Televisão Amazônica, Srª Nazira Chamma Daou* [Esclareço ao Senado que Nazira Daou, hoje em saudososa memória, era genitora do Dr. Philippe Daou].

Pedimos permissão para repetir aqui, pela sua oportunidade e propriedade, a oração do Papa Clemente XI, que constitui a bandeira religiosa na nossa casa desde a sua primeira hora, assim expressa [Olhem que beleza, Senador Pedro Simon, Senador Geraldo Cândido e Senadora Heloisa Helena. É fantástica]:

Senhor,

Dê-me

Prudência nos meus empreendimentos,

Coragem nos perigos,

Paciência nas adversidades,

Humildade na prosperidade.

Faze-me ver

Quão pequenas são as coisas da terra,

Quão grande o que é de Deus,

Quão breve o tempo,

Quão dilatada a eternidade.

Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que faça, em expediente oficial, na forma do Regimento, transmitir

ao Dr. Phelippe Daou meu pronunciamento desta manhã, no sentido de congratulá-lo, não só em meu nome, mas também em nome do Senado, pelo 28º aniversário da Rede Amazônica. Tenho certeza de que, conhecendo-o como o conheço, Senador Loyola, V. Exª se unirá a este pronunciamento e fará minhas as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Faço das palavras de V. Exª as minhas. O pedido de V. Exª, na forma do Regimento, será atendido.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srª Senadora Heloísa Helena, venho a esta tribuna para abordar um assunto que, tenho certeza, é motivo de preocupação para a Nação brasileira. Ontem, alguns Senadores já o abordaram da tribuna, mas creio que, pela gravidade do assunto, é importante que continuemos a bater nessa tecla. Trata-se da iminente invasão da Amazônia.

Recentemente tive a oportunidade de visitar a Amazônia, no Estado do Pará. Estive em Carajás, Tucuruí, Marabá e fiz também algumas viagens pelo interior, pela Transamazônica. Pudemos, então, ver o abandono a que está entregue aquela região, cuja população enfrenta dificuldades até para se comunicar com o resto do País. A rodovia Transamazônica, uma rodovia federal, tem muitos trechos que não têm sequer asfalto. Para percorrer 50 quilômetros, leva-se duas horas em razão da precariedade da estrada – não tendo asfalto, quando chove, é lama e buracos por todos os lados; quando não chove, é tanta poeira que não se consegue enxergar dez metros adiante. É essa a situação da Amazônia brasileira: de abandono.

Nesse contexto, a ameaça de ocupação militar na Colômbia, com certeza, vai ter reflexos na nossa Amazônia. O imperialismo americano já há tempo tem vontade de fazer uma intervenção na região. Sempre procuraram um motivo, uma justificativa para poder intervir militarmente na Amazônia. A Colômbia é como uma porta aberta para que essa intervenção se faça.

A desculpa utilizada é o combate ao narcotráfico. É um argumento forte, evidentemente, mas sabemos que, por trás dessa argumentação, o objetivo principal é atingir a guerrilha e, evidentemente, gerar

um conflito para que eles possam fazer a ocupação de todos os setores da Amazônia.

Recebi em meu gabinete a visita de um representante das Farc. Ele nos passou um documento em que se propõe a paz negociada com o Governo Pastrana. Aliás, essa intenção não é novidade: por ocasião da eleição de Pastrana, tanto a ALN quanto as Farc apresentaram ao presidente eleito um programa de paz para a Colômbia. Inclusive, a sua eleição foi possível graças a essa proposta de paz: a nação colombiana o elegeu justamente em razão do programa para que houvesse paz na Colômbia, paz negociada com a guerrilha. A guerrilha está disposta a negociar pois eles estão cansados de uma guerra que já dura 40 anos. Crianças que nasceram na área da guerrilha já estão casadas, algumas já são até avós, e a luta continua. Por isso, eles estão dispostos a negociar o fim dessa guerra civil.

O Governo Pastrana comprometeu-se a negociar a paz e depois não desarmou a direita, os grupos organizados paramilitares que freqüentemente fazem incursões no território colombiano e promovem assassinatos em massa de camponeses, sob a alegação de que eles são ligados à guerrilha. O braço armado da direita na Colômbia, com cerca de três mil paramilitares, com armas cedidas pelo exército colombiano e pelas Forças Armadas, executa pessoas; são grupos de extermínio que atuam freqüentemente no País. Como se pode, então, negociar a paz se o próprio Governo, que assumiu esse compromisso, faz vista grossa diante do extermínio de pessoas por grupos existentes no próprio País?

Nesse sentido, os representantes das Farc nos trouxeram a sua proposta para que a paz seja alcançada na Colômbia. O texto diz o seguinte:

“Os caminhos para a paz com justiça social, caracterizada pela dignidade para os despossuídos, dependem da decisão e da capacidade de organização e luta dos diferentes setores afetados pela crise na Colômbia. O Estado, o Governo e o **establishment** devem assumir, sem vacilações, a autêntica solução para as graves e crescentes penúrias sofridas por cerca de 30 milhões de compatriotas colombianos.

Sem obedecer a essas premissas, os diálogos e a perspectiva da paz necessária para o desenvolvimento harmonioso da Colômbia não passarão de uma nova expectativa frustrada de evitar mais mortes, causadas pelo fogo cruzado entre a força pública do Estado e do povo em armas sob a liderança das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo – Farc-Ep.

Os diálogos desenvolvidos na zona de distensão, por intermédio das audiências públicas realizadas pelo Comitê Temático Nacional, com a vigorosa participação das mais variadas forças sociais, são o melhor cenário onde se evidenciam a interpretação e o clamor da tão ansiada paz expressada pela população comum.

Fica suficientemente claro que a paz não pode coexistir com desemprego, fome, miséria e tampouco com as flagrantes deficiências no sistema educacional, de saúde, habitação, agropecuária, energético, de transporte e de comunicação. Tudo isso é agravado pelas privatizações do modelo neoliberal e pela abertura econômica.

A paz para a Colômbia deve ser construída entre os colombianos, sem a ingerência de outros países, entendendo que o seu real triunfo e a sua essência estão em empreender a superação da crise em todos os níveis, solucionando os confrontos sociais, econômicos e políticos, liquidando, assim, as causas do enfrentamento armado.

Desconhecer essa particularidade da política colombiana ou conhecê-la e não proceder para a sua solução é outro equívoco histórico de imprevisíveis conseqüências para a classe governante. Pode custar mais caro o tratamento do que a própria doença. O critério de supor que, para combater a fome, o faminto deve morrer é inconcebível.

Os defensores partidários e beneficiários do regime governante, imposto pelos litigiosos governos de plantão dos partidos liberal e conservador, opõem-se à proposta de paz com justiça social das Farc-Ep, que se constitui em verdadeira esperança para os excluídos, marginalizados e atropelados.

Porém, Sr^{as} e Srs. Senadores, o atual Presidente da Colômbia foi eleito sob a bandeira da construção da paz e com promessas de combate ao desemprego e melhoria das condições de vida do povo. O Governo colombiano está desacreditado e com amplo desgaste interno: não cooptou ou impôs uma paz dos cemitérios às forças guerrilheiras, não controlou o terrorismo paramilitar, mais da metade da população condena as suas contra-reformas, e a corrupção tomou conta do país.

Diante do avanço das forças revolucionárias na construção de uma alternativa política para a Colômbia e as sucessivas derrotas impostas ao Governo, os Estados Unidos preparam uma intervenção militar naquele país. É o imperialismo americano retomando sua face intervencionista na América Latina.

Com o aval do conservadorismo e da reação, Pastrana negocia o "Plano Colômbia" com os intervencionistas ao mesmo tempo em que faz demagogia e ameaças com seus discursos de paz. Já existem hoje mais de dois mil "assessores" norte-americanos preparando as bases da operação, incluindo os boinas-verdes. O "intercâmbio militar" vem incorporando pelotões de elite e mercenários. E o movimento interno de armamentos e tropas é intenso.

Do ponto de vista hegemônico, a contra-revolução concentra a sua disputa na legitimação da intervenção como sendo "mais uma atitude humanista e democrata", agora abrigada na pele do combate ao narcotráfico, o qual é só a cortina de fumaça para garantir a internacionalização da guerra travada no solo colombiano e a senha para a radicalização contra as forças insurgentes.

Para isso, os Governos da Colômbia e dos Estados Unidos buscam apoio nos demais países latino-americanos, entre eles o Brasil. A exigência da colaboração feita pelos Estados Unidos aos países vizinhos e a permanente presença de altos funcionários do Estado e de dirigentes políticos dos Estados Unidos na região oficializam essa política.

No Brasil, o discurso oficial nega a intenção de participar da aventura militar intervencionista. E os instrumentos de disputa hegemônica repetem a cantilena antinarcotráfico. No entanto, a verdade é bem outra: o Governo e todos sabem que se trata de uma operação militar contra as forças guerrilheiras. E, por meio do Plano Cobra, prepara-se para fazer parte do cerco militar que querem impor aos combatentes: constituiu o "comando de gerenciamento da crise", composto por representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, do Exército, da FAB, da Abin e da Polícia Federal, com base operacional na região. Mil seiscientos e quarenta quilômetros de fronteira estão sendo militarizados e monitorados por satélite. As Forças Armadas foram reequipadas, contingentes estão sendo transferidos e preparados para a guerra.

Por seu turno, as forças nacionais democráticas, populares e revolucionárias da Colômbia preparam a resistência e merecem solidariedade e apoio. O povo colombiano e suas forças de resistência cumprirão dever nacional e democrático em enfrentar o interventor imperialista e seus aliados. E os Governos dos Estados Unidos e de Pastrana são os responsáveis por todas as conseqüências da guerra que estão tramando.

As forças nacionais e democráticas brasileiras não podem ficar impassíveis enquanto o imperialismo americano quer impor seus interesses particularistas, passando por cima da soberania de um povo, ainda mais quando isso significa uma intervenção militar.

Nesse sentido, é preciso:

- organizar o apoio político e a solidariedade ao povo colombiano e seus lutadores. No terreno nacional, é urgente a constituição de um movimento de solidariedade amplo que incorpore todos aqueles que queiram se colocar ao lado do povo agredido, independentemente de suas vinculações ou ideários políticos, tanto nacional como internacionalmente;

- rechaçar a participação do Brasil na guerra;
- denunciar o imperialismo; exigir o fim da intervenção norte-americana;

- defender o direito de autodeterminação e o direito de rebelião dos povos oprimidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse tipo de intervenção nos traz muitas preocupações, conforme eu disse no início do meu pronunciamento. Lembremo-nos da guerra do Vietnã, que começou com uma pequena intervenção americana, e, aparentemente, uma potência militar, pois os Estados Unidos são a maior potência do mundo. Logo, eles conseguiriam derrotar o Vietnã em poucos meses de guerra. No entanto, a guerra durou mais de uma década, gerando um resultado desastroso para o imperialismo e para o povo americano, porque é o povo quem paga as conseqüências, já que os governantes entram e saem do poder. Além do custo econômico, pois foram gastos bilhões de dólares no sudeste asiático, a guerra do Vietnã custou a vida de 50 mil norte-americanos e resultou em mais de 100 mil mutilados de guerra. O povo do Vietnã sofreu as conseqüências, porque milhões de patriotas foram mortos na guerra, mas saíram vitoriosos, conseguiram libertar a sua pátria. O povo americano, no entanto, que não tinha nada a ver com o sudeste asiático, por decisão dos seus governantes envolveu-se numa guerra cujo resultado não foi o esperado. Nos Estados Unidos, até hoje existem mutilados de guerra que perambulam pelas ruas. E os comandantes das tropas americanas estimulavam o consumo de drogas para que os soldados pudessem enfrentar a selva asiática. O resultado foi o uso excessivo de drogas que gerou problemas psíquicos para muitos militares americanos. Os mutilados de guerra que perderam pernas e braços são párias americanos. A guerra provocou a morte de mais de 50 mil militares, além de ter gerado um custo altíssimo para o Tesouro americano.

No caso da Colômbia, país que faz fronteira com o Brasil, não queremos que aquela situação volte a acontecer. Repito que existe o perigo de o conflito se alastrar por toda a Amazônia, inclusive em nosso território. E quem vai garantir que, lá nas escaramuças, as tropas americanas, os guerrilheiros e os narcotraficantes não entrem em nosso território? Portanto, um conflito que não parece ser tão grave, pois seria apenas um combate ao narcotráfico, poderá se transformar num conflito de grandes proporções. Aliás, o governo americano tem sido alertado por governantes de outros países e até pelo povo americano sobre a possibilidade de esse conflito tornar-se igual ao do Vietnã. Nos Estados Unidos, a Imprensa começa a falar sobre o assunto, porque o povo americano ainda tem na memória o desastre, a tragédia que foi a intervenção no Vietnã.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Geraldo Cândido, é da maior importância a presença de V. Ex^a na tribuna. Fico contente que mais parlamentares estejam discutindo esta matéria. O que me deixa angustiado é verificar, de certa forma, a omissão do Brasil com o que está ocorrendo hoje. É verdade que foi uma coincidência, diria quase maldita, no mesmo dia em que estamos reunindo 12 representantes de países da América para lançarmos uma tese de entendimento e de diálogo, inclusive com a presença de países mais ligados ao Caribe, como o Suriname e a Guiana, num encontro que tem como objetivo traçar rumos de desenvolvimento, de progresso e de avanço, o Presidente americano esteja em Bogotá para iniciar essa operação. Nem sei se o Presidente colombiano virá à reunião no Brasil. Um lado é compreensível: é uma realidade o problema da droga no mundo e a Colômbia é uma grande produtora de droga. O tráfico, naquele país, organizou-se de forma fantástica, pois os traficantes não são apenas grandes produtores, são quase que organizações paramilitares organizadas para exportar droga para a Europa e, principalmente, para os Estados Unidos. E é absolutamente correto que essa situação invoque a preocupação dos Estados Unidos. No entanto, o americano tem que entender que a droga se desenvolve da maneira que se desenvolve na Colômbia porque há pessoas querendo plantar e ganhar dinheiro, mas há americano querendo comprar. Os dólares que estão rolando naquele país são os dólares americanos;

o destinatário que está esperando nos Estados Unidos são as grandes gangues americanas que o governo não consegue controlar. Durante muitos anos, o governo americano lutou, esforçou-se para evitar a entrada da droga nos Estados Unidos, mas não obteve êxito. Então, como ele não consegue evitar o tráfico de drogas nos Estados Unidos, desenvolveu a tese de destruir as plantações, ou seja, ele quer transferir a luta do território americano para o território produtor – no caso da América Latina, na Colômbia, principalmente. Por outro lado, essa tese se une a uma outra. Há duas teses que se coincidem, mas cujos objetivos são diferentes. Há muito tempo há um interesse de fazer uma intervenção na Amazônia. Outro dia, o Presidente francês declarou, com todas as letras, que a soberania dos países na Amazônia deve ser relativa, não pode ser uma soberania absoluta, porque a Amazônia é importante demais, é séria demais e interessa ao mundo inteiro. Não é de hoje que eles discutem e debatem a possibilidade de transformar a Região Amazônica numa grande região como a Antártida, onde cada país tem um pedacinho para explorar, para desenvolver, para progredir e para avançar. Por outro lado, também não é de hoje que, aproveitando a fixação indígena nas terras que eles discutem, os americanos, utilizando-se inclusive de entidades não-governamentais, estão fazendo um esforço enorme para defender os indígenas latino-americanos. E isso é normal. O que não acho normal – nem em termos de Governo brasileiro – é querer fixar os índios em terra de fronteira. Quer dizer, fixem os ianomâmis onde bem entenderem, até no Rio Grande do Sul – o Brasil tem terra que não acaba mais –, mas fixar na fronteira com a Colômbia, na fronteira com a Venezuela, quando do lado de lá também há índio ianomâmi? Nesse caso já não se fala em fixar os índios ianomâmis do Brasil, nem os índios ianomâmis da Venezuela, nem os índios ianomâmis da Colômbia, mas em fixar a nação ianomâmi. Assim, no futuro, vão querer incrustar no meio da floresta amazônica a nação ianomâmi. No meio desse contexto, os americanos pedem aos governos latino-americanos para indicarem contingentes militares para irem à Colômbia, junto com os americanos, para intervir no narcotráfico. Nenhum país aceitou a proposta. A Organização dos Estados Americanos nem se reuniu para debater a matéria. Então o que eles fizeram? Resolveram agir por conta própria. O presidente americano está em final de governo, o seu candidato à Presidência deverá ganhar as eleições, o que ele faz? Ele vem aqui e imita o Presidente John Kennedy, que, algum tempo antes de deixar o governo, como quem não quer nada,

lançou a operação invasão do Vietnã. O Senhor Presidente americano de hoje, com a maior tranquilidade, chega à Colômbia e anuncia um plano bilionário. Nenhum problema social da América Latina – nem relacionado a crianças – recebeu essa ajuda. Falam em US\$8 a US\$10 bilhões para iniciar. Só o cheque que ele vai entregar hoje é US\$1,8 bilhão, para iniciar uma operação contra não apenas os produtores de drogas, mas basicamente contra as entidades organizadas, hoje algumas delas já paramilitares. A situação é tão grave na Colômbia que existem determinados lugares em que quem manda são os guerrilheiros; eles dirigem, comandam, coordenam e, se não o governo americano permitir que, de espaços em espaços, grupos revoltados tivessem onde se fixar, seria uma guerra total, permanente. Isso está acontecendo. Em meio a isso tudo, vem o americano, manda dinheiro e tudo o mais vem atrás. Todos nós sabemos que, lá pelas tantas, quando o americano pedir e pagar para alguns países mandarem gente, eles vão mandar. E vai começar. Mas como é que vai terminar? Quando estive na Amazônia, um general extraordinário que a comandava nos mostrou o quartel antiguerilha do Exército brasileiro, pessoas que têm que conhecer e conviver naquela região para garantir a segurança da Amazônia. É um trabalho fantástico! E o general nos contou a guerra e a luta que o americano queria fazer para tomar conta da escola. E, como não conseguiu, fez uma escola igual na Guiana. Igual! Perguntamos: o que o americano tem a ver com a Amazônia? Por que o americano vai fazer uma escola antiguerilha para ensinar as pessoas a conviverem na Amazônia? Eles estão preparados. Agora, o que acontece é que isso não ficará na Colômbia. O primeiro embate que ocorrer, essa gente entrará para a floresta. Quando entrarem na floresta, não saberemos quando terminou a floresta da Colômbia e quando começou a do Brasil; quando começou a da Venezuela e quando terminou a do Peru. É uma floresta só! Então, estamos iniciando hoje uma operação que sabemos como começa: começa com uma reunião do Presidente americano com o Presidente colombiano a pretexto de receber um cheque de US\$1,8 bilhão para o combate ao tóxico. Agora, como terminará? Não sei! Há diferenças em relação ao Vietnã. Os americanos discutem muito isso, dizem que estão apavorados que ocorra o mesmo que aconteceu no Vietnã, ou seja, o ex-Presidente Kennedy, à véspera de sair, mandou um grupo invadir, pensando que seria uma brincadeira, que duraria semanas e durou dez anos. Hoje, o negócio é mais moderno. Hoje, os americanos não têm tanta preocupação de que possam morrer 56 mil

americanos, como morreram no Vietnã. É claro que eles não se interessam se morreram 500 mil, um milhão de vietnamitas. Esse é um cálculo que não lhes interessa. Mas 56 mil americanos morreram. Entretanto, hoje eles já têm um processo muito mais moderno: mandam as bombas, os projéteis, o que tiver que vir, mas não vem a vida americana. Quer dizer, eles imaginam que serão poucos os que morrerão, em face de sua tecnologia. Penso que temos um dia muito grave. Por coincidência, e é uma coincidência que eu não sei até que ponto não é boicote americano, hoje se reúnem aqui cerca de doze países querendo iniciar uma integração regional de todos os países tradicionais da América do Sul e mais alguns como a Guiana e o Suriname, que normalmente estão no Caribe e não vêm, agora participarão também desta reunião, para debaterem questões, projetos, propostas de interesses gerais para toda a Região Amazônica. Virá o Presidente da Colômbia? Ele dirá para o Presidente americano ficar lhe esperando enquanto ele vem e volta correndo de Brasília? Despedirá ele o Presidente americano mais cedo e chegará aqui mais tarde? Não sei! Sei que a coincidência é dolorosa. O que fará o Presidente americano com relação ao que está acontecendo aqui? Dirá alguma palavra? Falará alguma coisa? Falei anteriormente que estava satisfeito com o anúncio da imprensa no sentido de que o Presidente Antonio Carlos estaria presente na cerimônia de abertura e no banquete. E eu estranhava, Presidente Antonio Carlos, a notícia de que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores tivesse ido ao Maranhão, afirmando que esse é um problema de V. Ex^a e não dele. Com todo o respeito, creio que o Presidente Sarney, por ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por ser ex-Presidente da República, por conhecer a maioria das pessoas que veio à reunião, S. Ex^a deveria estar nessa reunião. Penso também que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deveria estar reunida hoje, quando está havendo a reunião na Colômbia entre o Presidente americano e o Presidente colombiano. Tal reunião teria o objetivo de felicitar o Presidente Fernando Henrique pela iniciativa – um grande gesto, uma grande decisão e um grande trabalho – reunir os Presidentes sul-americanos para dialogar, para debater, para discutir, felicitá-los sim, mas lamentar que neste mesmo momento, como se fosse uma provocação, o Presidente Clinton esteja reunido com o Presidente colombiano. Assim como tenho a convicção de que o Presidente do Congresso brasileiro será uma voz que, dentro do que for possível, se lhe derem chance, dirá

o pensamento deste Congresso, entendo que o Presidente Sarney, se não pode estar presente em virtude de compromissos fortes no Maranhão e no Amapá, poderia indicar um representante, por exemplo, o Senador Bernardo Cabral, aqui presente. Se dependesse de mim e fosse eu o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu a teria convocado extraordinariamente e alguma coisa eu teria feito para que os Presidentes que estão aqui saibam o comportamento do Congresso brasileiro e manifestaríamos a nossa alegria em recebê-los e também a nossa mágoa com o que está acontecendo na Colômbia. Vejo que hoje é nosso dia de sorte. Nós, que já estávamos com saudade do Presidente Antonio Carlos – não sei se S. Ex^a está aproveitando este recesso para fazer campanha na Bahia, mas isso não é necessário –, porque S. Ex^a não estava presente, surpreendentemente, S. Ex^a chega de repente ao plenário para alegria nossa. Creio que S. Ex^a haverá de dizer algumas palavras. Acredito que confirmará que irá às duas reuniões, ao banquete e à reunião, e como íntimo amigo – é uma amizade tão interessante que a gente não sabe quem é o primeiro amigo e quem é o segundo amigo nem quem é o que exerce mais influência sobre o outro... No início, como participei do Governo em que Sarney era Presidente e Antonio Carlos era Ministro e eu Ministro, eu achava que era o Sarney. Hoje, sinceramente, acho que é Antonio Carlos –, com essa influência que ele tem, se ele puder influenciar ou que venha de lá o Presidente Sarney, que tome um avião e venha ou indique o Cabral para nos representar. V. Ex^a está abordando um assunto da maior importância, do maior significado. Peço desculpas pelo alongamento do meu aparte.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador. V. Ex^a é sempre uma grande palavra.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Geraldo Cândido, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento que, sem dúvida, reflete as aspirações, os sonhos, os desejos não apenas do povo colombiano, mas também do povo brasileiro. É evidente que o Presidente Bill Clinton não vai, em nome da paz, respaldar os esforços da guerrilha para solucionar os conflitos – como bem lembrou V. Ex^a. No entanto, se o Presidente norte-americano conta com o apoio de fracos e covardes dirigentes políticos no mundo todo, com certeza, não conta com o apoio do povo colombiano e do povo brasileiro também. Aliás, é de fundamental importância que as pessoas que

assistem ao importante pronunciamento de V. Ex^a, neste momento – por meio da TV Senado ou da Rádio Senado –, comecem a tumultuar as caixas postais, os endereços de seus representantes nos Estados, do Congresso, do Presidente da República, no sentido de alertar para algo que é possível – não é um espaço inimaginável; é absolutamente possível. Não está por trás desse fato simplesmente a questão do narcotráfico. É uma mentira a discussão do narcotráfico. Discutir a questão das empresas e organizações que sustentam o narcotráfico e discutir a guerrilha sustentando o narcotráfico é muita hipocrisia. Quem tem avião para transportar a pasta-base da cocaína? Quem tem navio? Quem tem proteção da polícia, da política, da Justiça? Com certeza não são os guerrilheiros, com certeza, não são os pobres e favelados. Quem tem a proteção é a elite política e econômica do Brasil e dos outros países. Estes, sim, ganham muito com o narcotráfico e com a destruição de jovens, de famílias, de crianças em todo o mundo, em função do consumo de entorpecentes. Parablenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e sugiro ao povo brasileiro que comece a tumultuar as caixas postais, os endereços eletrônicos dos dirigentes políticos deste País, no sentido de que possamos estabelecer logo um alerta. Tanto V. Ex^a como o Senador Pedro Simon abordaram nesta manhã uma possibilidade concreta na Colômbia, que temos que repudiar. Recebemos de braços abertos no Brasil os galeguinhos americanos que vêm para trabalhar e produzir; mas os galeguinhos de metralhadora, de fuzil e de tanque na Amazônia, não podemos aceitar. Espero que o povo brasileiro comece logo a tumultuar o Congresso Nacional, o Presidente da República, porque, senão, imediatamente, em nome do combate ao narcotráfico – porque sabemos que não é para combater o narcotráfico –, começarão a invadir a Amazônia, o que já querem fazer há muito tempo, que já faz parte do discurso de vários Parlamentos no mundo todo. Aí está a tal da soberania compartilhada, a soberania limitada em relação à Amazônia. Portanto, parablenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – A Presidência alerta ao nobre orador que o seu tempo já está esgotado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Geraldo Cândido, se a Mesa e V. Ex^a permitirem, gostaria de um aparte ...

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Mas a Mesa já comunicou que o meu tempo já está esgotado, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas tenho que fazer uma retificação da maior importância.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Pois não.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Estou informado que Senador José Sarney encontra-se na Casa. Ainda não viajou. E como a notícia que li no jornal pode estar equivocada, ou o Senador talvez tenha mudado de posição, faço um apelo ao Presidente Antonio Carlos Magalhães para que converse com S. Ex^a no sentido que aceite o convite e vá ao jantar e à reunião representando o Congresso brasileiro. Outra retificação que preciso fazer é que o Presidente americano esteve ontem na Colômbia. Então, o Presidente colombiano estará chegando ao Brasil ainda hoje.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Vou concluir, Sr. Presidente, já que meu tempo está esgotado, apesar de o aparte do Senador Pedro Simon ter usado mais tempo do que eu próprio.

As minhas preocupações com relação à Colômbia concentram-se na ocupação militar que poderá chegar ao nosso território. O Governo norte-americano diz que combaterá a plantação de coca usando um desfolhante químico, o que trará um outro problema muito grave: o impacto ambiental. Imaginem a destruição de uma área enorme por desfolhante químico! Será destruída toda a vegetação local! E a recuperação se dará a longo prazo, tal qual ocorreu no Vietnã.

Registro a nossa preocupação e faço um apelo para que todos os Deputados e Senadores estejam atentos ao assunto, que é de enorme gravidade, para evitar que o Brasil entre, de alguma forma, nessa intervenção. O Brasil deve permanecer fora e ainda mostrar o seu repúdio a esse tipo de intervenção militar. A ameaça que fazem ao nosso território e à nossa soberania deve receber resposta de nosso Ministro das Relações Exteriores, que não deve apenas dizer que não vamos participar, mas que somos contra qualquer tipo de intervenção militar, baseados na autodeterminação dos povos da América. Esta, sim, deve ser a posição de nosso Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei sobre o Rio Grande do Sul, a Expointer e a crise grave da febre aftosa.

Nós, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, há muitos anos, tínhamos considerado extinta a febre aftosa e, agora, surpreendentemente, aparecem novos focos no Município de Jóia, na fronteira entre os dois Estados. Entendo que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do gaúcho Pratini de Moraes, e o Governo do Rio Grande do Sul devem envidar todos os esforços necessários – e devem estar fazendo –, devem esquecer todas as divergências – e acho que estão esquecendo – e devem somar esforços o máximo possível para terminar com a maior rapidez esse assunto.

O lado negativo da repercussão de uma notícia como esta é que ela apaga dezenas de anos de luta, dia após dia, para melhorar a situação. De repente, a notícia de apenas um foco da doença deixa todo mundo de olho arregalado, com um medo tremendo, criando problemas e dificuldades no mercado de importação/exportação de carnes. E tudo isso coincide com a abertura da Expointer e todos nós estamos numa grande expectativa e confiantes que o Governo do Estado, por intermédio da sua Secretaria da Agricultura, e do nosso conterrâneo, Ministro Pratini de Moraes, à frente do Ministério da Agricultura, façam todo o possível para equacionar esse problema.

Está sendo realizada, na Cidade de Esteio, por estes dias, a maior feira agropecuária da América Latina e uma das maiores do mundo, a Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul – a Expointer – do ano 2000. Entre os dias 26 de agosto e 3 de setembro, mais de 2.400 expositores estarão mostrando e vendendo máquinas agrícolas, animais, implementos, insumos e serviços. Essa tradicional exposição, que congrega os agentes mais destacados em cada um dos segmentos rurais, serve como referencial de qualidade e eficiência para produtores não só do Brasil, mas de toda a América Latina, em especial do Mercosul.

A Expointer também funciona como palco para a exibição de todo e qualquer trabalho de inovação tecnológica, tendo em vista que os homens do campo do Rio Grande do Sul sempre foram muito ciosos com relação à melhoria e à qualidade daquilo que produzem.

Além disso, a Expointer recebe toda uma gama de empresas que prestam serviços aos agricultores,

como assistência técnica, informática, consultoria, seguros e financiamentos bancários.

Para que os Srs. Senadores tenham uma idéia das dimensões desse evento, basta lembrar que, no ano passado, passaram pelo pavilhão da Expointer 600 mil pessoas.

No próximo ano estará sendo comemorado o centenário desta que é a nossa maior e mais destacada exposição.

Na verdade, a primeira exposição de animais, produtos agrícolas e industriais do Rio Grande do Sul aconteceu em 1901, durante o Governo Borges de Medeiros. Naquela época, a estrutura foi montada no Campo da Redenção, atual Parque da Redenção, no centro da nossa capital.

Em 1909, a exposição passou a ser realizada no Prado Riograndense, onde, posteriormente, veio a ser construído o Parque de Exposições do Menino Deus.

Com o incessante crescimento do número de expositores, houve necessidade de maior espaço e foi definida a compra da Fazenda Kroeff, de 64 hectares, em Esteio. Ali, em 1970, foi realizada a trigésima terceira exposição.

Em 1972, foi oficializada a participação de outros países, e o evento recebeu o seu nome atual: Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul – Expointer. Eu queria, agora, aqui, da tribuna do Senado, mandar o meu incentivo e o meu apoio aos homens do campo do Rio Grande do Sul, que, com o seu trabalho, vem fazendo a riqueza da nossa terra há tanto tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta ocasião para informar que o Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural e a Rede Brasil Sul, durante esta Expointer, vão homenagear ex-Ministros da Agricultura, entre os quais estarei incluído.

Agradeço emocionado esta homenagem – que terá lugar, hoje, em Esteio, na Expointer –, porque realmente o meu tempo à frente do Ministério foi uma época muito bonita da minha vida pública. Lá, no Ministério da Agricultura, tive a grande oportunidade de desenvolver vários projetos que deram positivos resultados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando assumi o Ministério da Agricultura, em 15 de março de 1985, defini três objetivos principais para nortear a minha gestão:

– recuperação do prestígio político no Ministério da Agricultura, combatido pelas administrações dos períodos militares;

- defesa dos pequenos e médios produtores, responsáveis por 80% da produção de alimentos no País e incentivos às culturas básicas;

- lançamento das bases de uma política agrícola duradoura e que verdadeiramente levasse em consideração a realidade do nosso povo e as necessidades econômicas do País.

Entre as prioridades que estabeleci durante toda a minha gestão, a principal foi a de trabalhar para dar ao País uma política agrícola sólida e duradoura, não atrelada às decisões e fenômenos de caráter meramente circunstancial.

Para tanto, o Ministério da Agricultura organizou amplos seminários nas cinco regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Deles participaram produtores – grandes, pequenos e médios –, empresários, trabalhadores rurais, técnicos e representantes de organismos estaduais e regionais, que apresentaram reivindicações e elaboraram, em conjunto, propostas de uma política agrícola duradoura. Os seminários regionais culminaram com a realização de um grande encontro nacional em Brasília, quando as principais linhas da nova agricultura foram delineadas.

Para começar, chegou-se à conclusão de que a agricultura brasileira precisava estar sustentada em um sistema financeiro próprio, com recursos definidos, adotando-se inclusive uma caderneta de poupança rural.

O sistema de financiamento à agricultura praticado então, dependente dos rígidos orçamentos do governo e de uma política caduca de exigibilidade de aplicação por parte dos bancos privados, havia se tornado incapaz de dar um novo incentivo à produção.

No Ministério da Agricultura, durante a minha gestão, lutei para implantar vários programas sociais, sendo o mais destacado deles o Programa de Alimentação Popular (PAP), que atingiu 6 milhões de pessoas.

Quero registrar também o êxito de dois outros programas semelhantes, que, geridos por outros Ministérios, tiveram a participação decisiva do Ministério da Agricultura: o Programa de Suplementação Alimentar, que permitiu a distribuição gratuita de alimentos a gestantes, nutrízes e crianças com até 35 meses, beneficiando 10 milhões de pessoas; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atingiu 22 milhões de escolares.

Como sabem os Srs. Senadores, o Brasil tem uma das maiores reservas de terras agricultáveis do mundo. Para a utilização desse potencial, é preciso ir-

rigação e em grande escala. Em 1985, apresentei ao Presidente José Sarney um plano de irrigação de 1 milhão de hectares, utilizando tecnologias de baixo custo e uso intensivo de mão-de-obra. A inspiração desse projeto surgiu quando estive na Índia, país de igual vocação e problemas na agricultura.

O plano inovava, ao prever a participação efetiva dos agricultores do planejamento e execução dos projetos no controle da distribuição e na utilização dos recursos. As organizações representativas dos agricultores em diferentes níveis seriam encarregadas de zelar para que os recursos gerados pela sociedade para o desenvolvimento dos agricultores mais pobres não fossem desviados de seus objetivos.

As linhas básicas da proposta, que deveria alocar recursos na ordem de US\$1 bilhão em quatro anos:

- dar acesso à cidadania a uma parcela da população brasileira;
- possibilitar acesso à água a populações de 500 mil hectares no Nordeste, com tecnologia de baixo custo;
- implementar a irrigação de mais 500 mil hectares distribuídos estrategicamente no País;
- usar a equivalência em produto nas operações de financiamento do programa;
- criar 700 mil empregos diretos;
- produzir mais alimentos;
- incrementar a produtividade de produtos estratégicos;

Em 1993, aqui no Congresso, voltei a apresentar a proposta, reformulada, começando por prover as regiões mais pobres de água para consumo doméstico, criando-se condições de vida digna e acesso à cidadania para uma parcela significativa da população. Ao mesmo tempo, gera-se excedentes de alimentos básicos extremamente necessários, num país onde 30 milhões passam fome.

No que se refere à Embrapa, extensão rural, meteorologia e cooperativismo, também tive a possibilidade de desenvolver vários projetos. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) passou por um processo de saneamento interno, ficando habilitada a buscar recursos para dar sustentação às suas atividades e, seguindo nossa orientação, voltou sua atuação para dois campos de largo alcance social: a reorientação da pesquisa para atender basicamente aos pequenos e médios produtores e para incrementar o desenvolvimento das culturas alimentares básicas.

Preocupamo-nos com a valorização da extensão rural, com a interiorização dos técnicos para que atuassem junto ao agricultor e sua família. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inemet), por sua vez, iniciou a modernização dos equipamentos do sistema de previsão do tempo. Desde 1940 que o instituto não recebia qualquer incentivo do governo para melhorar sua capacitação técnica.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que, nos governos anteriores, esteve envolvido em escândalos, como o da Capemi e da Central-sul, realizou o saneamento financeiro e, com isso, recuperou credibilidade. Desenvolveu-se uma política de apoio e incentivo ao cooperativismo no País.

Registro ainda os esforços realizados para implementar um grande programa de eletrificação rural, com apoio do Banco Mundial, difundindo o uso da energia elétrica como insumo significativo ao aumento da produção e à melhoria da qualidade de vida das famílias, e contribuindo para fixar o homem ao campo.

Não podemos deixar de apontar também o que foi feito pelo Ministério da Agricultura em nossa gestão, no que se refere à política de defesa agropecuária. À época, foi incrementada a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, que compreendia cinco secretarias técnicas, responsáveis pela programação, normatização, orientação, coordenação, execução e controle das ações específicas em cada área. A secretaria nacional dispunha ainda de dois laboratórios: um, atuando na área técnico-científica e outro, voltado à produção vegetal. Diversas ações foram implementadas no controle de pragas e doenças, como o combate ao bicudo-do-algodoeiro, erradicação do cancro cítrico, controle da vassoura-de-bruxa-do-cacau, o combate ao gafanhoto e às doenças da pimenta-do-reino, do "moko" da bananeira e às pragas das pastagens.

A secretaria de defesa sanitária animal desenvolveu ações voltadas à saúde animal, visando à proteção dos rebanhos nacionais contra a disseminação de doenças que poderiam ser introduzidas pela importação de animais, além de controlar e erradicar as doenças animais já existentes no País. A febre aftosa foi controlada, permanecendo pequenos focos no sul. A peste suína clássica apresentou focos isolados.

Essas e outras atividades, levadas adiante pelo Ministério da Agricultura, proporcionaram ao produtor condições favoráveis de mercado e, ao consumidor, produtos de melhor qualidade. Enfim, de tudo o que foi feito, considero que foi pouco; ainda é pouco para a nossa agricultura, para o nosso País e para o nosso

Estado. O fato de me sentir honrando e lisonjeado com essa homenagem de forma alguma significa estar gratificado por meus atos, e pelos meus atos, pelo contrário, só me reforça a vontade de fazer mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o Grupo de Trabalho do Fórum de São Paulo, que conta com a participação permanente do Partido dos Trabalhadores, e os Senadores que queiram participar, inclusive os do meu Partido, entregarão ao Itamaraty propostas objetivando uma decisão favorável em prol de uma paz justa e duradoura na Colômbia. Pretende-se, com isso, que essas propostas cheguem aos Presidentes dos países da América do Sul e, assim, busque-se uma convergência política com as organizações sociais populares e as de esquerda; rechaçam-se energicamente o Plano Colômbia e a ingerência norte-americana nos assuntos internos daquele país, e que, portanto, apóiem-se os diálogos estabelecidos entre o Governo da Colômbia e os grupos guerrilheiros, que buscam uma saída diferente da guerra para o conflito social e armado na Colômbia.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de apartear o Senador Jefferson Péres que, mais uma vez, muito nos alegrou no início da manhã ao fazer um protesto contra a campanha de difamação da jornalista Sandra pelo seu assassino. Quero aproveitar para conversar um pouco sobre algumas experiências que temos observado no Brasil quanto à participação das mulheres na disputa pelas instâncias de Poder e de decisão política. Tem sido vergonhosa, deplorável e abominável a forma medíocre, despolitizada e desqualificada como alguns homens insignificantes, pequeninhos, de alma pequena, incapazes de amar e ser amados, agem contra as mulheres que participam dessa disputa.

Sempre digo que tive, realmente, muita sorte na vida por ter nascido mulher, o que já é algo maravilhoso, e num Estado também maravilhoso como Alagoas, extremamente conservador, conhecido nacionalmente como sinônimo de corrupção e crime organizado, mas que me possibilitou conhecer a história de luta, persistência e perseverança de muitas mulheres.

Ouvíamos a história de Dandara, uma guerreira, juntamente com Akotirene, mãe de Zumbi e uma das criadoras do Quilombo dos Palmares.

Dandara sempre esteve presente no nosso imaginário de crianças filhas da pobreza de Alagoas.

Quando os capitães do mato capturavam os escravos negros fugitivos, ou até mesmo os brancos que, diante da exploração e humilhação, se associavam aos negros guerreiros dos quilombos, arrancavam-lhes as orelhas e faziam colares, como se isso fosse um exemplo, não de covardia, porque não pensavam naquilo como tal. Nesse ponto, surgia a interessante história, que, como disse, percorria o nosso imaginário infantil, da negra Dandara e de suas companheiras, as quais, olhando para aqueles homens com seus colares de orelhas humanas decepadas, lançavam-lhes o seu olhar de pantera negra, atacavam-nos e lutavam bravamente, com o pouco que tinham, até a morte.

Também tive a oportunidade de conhecer uma mulher muito interessante, sobre a qual volto a falar aqui, quando eu achava que era muito corajosa por enfrentar o crime organizado no meu Estado. Dona Maria do Carmo é uma mulher bem pequeninha, como se diz no interior, só couro e osso, magrela, pobre, que nunca escutou falar de movimento sindical, de Marx ou de Lênin. Ela teve o filho assassinado numa disputa trabalhista com usineiros, foi arrancada da sua própria casa pelos cabelos, arrastada por toda uma estrada e ficou com as costas em carne viva. No entanto, essa mulher – uma guerreira, uma lutadora do povo –, foi sozinha à Justiça do Trabalho de Maceió fazer sua denúncia, sem levar consigo qualquer organização política ou advogado. Olhando para aquela mulher magrela, pequeninha, pobre, percebi que ela era um exemplo gigantesco de coragem.

Além disso, fui criada por uma mulher maravilhosa, Dona Helena, minha mãe. Analfabeta, ela nos ensinou muito. Com ela aprendemos que deveríamos ser muito humildes, mas que precisávamos trazer um Davi dentro de nós mesmos, para derrubarmos um gigante todos os dias.

No sertão, ela nos ensinava a conhecer as flores, como a flor da quixabeira, minúscula, branquinha, que quase não se vê, mas que inunda o ar com o seu perfume. É uma coisa linda! Conhecíamos, também, todas as flores de cactos. Uma delas, do cacto mais feinho, daquele para o qual não se dá coisa alguma, é linda, branca e imensa, como um lírio livre e selvagem. Durante a madrugada, período em que íamos para a serra, ela exala um perfume maravilhoso e, por isso, todos gostávamos de sair naquele horário para senti-lo. Quando vejo a floração do ipê amarelo em Brasília, lembro-me de que ficávamos deitados com minha mãe embaixo da craibeira do sertão, que é da mesma família da tabebuia, vendo as florezinhas caí-

rem sobre nós, como uma chuva suave de flores amarelas.

Realmente, Dona Helena nos ensinou muito. Analfabeta, ensinou-nos a gostar dos livros.

E eu tive sorte, também, porque Palmeira dos Índios é a cidade de Graciliano Ramos. Eu era tão asmática que não conseguia chegar até sua casa, mas meu irmão Hélio – que, todos os anos, ganhava o diploma de maior frequentador da Biblioteca Graciliano Ramos – pegava livros para mim e para ele próprio.

Exatamente por isso, diante das mulheres que constróem este País, acredito ser inadmissível essa campanha covarde de difamação feita não apenas contra a jornalista Sandra, mas contra milhares de outras mulheres. Tive a oportunidade de acompanhar, nesta campanha eleitoral, companheiros homens, apoiando-os, porque não voto em uma mulher simplesmente por ela ter um aparelho reprodutor, um útero, como eu tenho; voto em uma mulher se ela significar um sonho, a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Se for uma mulher para reproduzir esse modelo covarde, perverso, injusto, eu não votaria nela. Mas é inadmissível o que temos visto em alguns lugares: uma campanha maldita, desqualificada, despolitizada – volto a repetir –, certamente viabilizadas por homens covardes, talvez enrustidos, mas homens de almas pequenas, incapazes de amar e serem amados, que usam a velha tática dessa sociedade machista. É a velha tática: se for uma mulher mansinha e domesticada, ninguém faz nada contra ela; no entanto, se for uma mulher senhora de seu próprio destino, que enfrente alguém, que queira participar, como a vida impõe e permite, das instâncias de decisão de poder e de decisão política, imediatamente ela é qualificada, ou com aquele nome pejorativo e chulo das mulheres que amam diferente do velho livrinho falso moralista, que ousa estabelecer uma única forma de amar, ou ela é imediatamente desqualificada com aquele termo chulo, pejorativo das mulheres que vendem o corpo, muitas vezes, para comprar alimentos para os filhos em casa.

Deixo aqui registrado o meu repúdio a esse tipo de sociedade desqualificada. Mas, deixo as minhas homenagens aos homens deste País que sabem que só podem construir uma sociedade justa, igualitária, fraterna e solidária se estiverem lado a lado, de mãos dadas, com a maioria da população brasileira, que são as mulheres. Somos a maioria da população! Somos pequeninas ainda no percentual, na participação das instâncias de decisão política, mas é inadmissível esse tipo de comportamento que vem ocorrendo, as

diversas formas de violência, quer seja aquela a que já me referi hoje, pela manhã, em aparte ao Senador Jefferson Péres, quer seja a que ocorre na própria casa, aquela violência que marca não apenas o nosso corpo mas também a nossa alma e a nossa dignidade. Milhares de mulheres em nosso País são violentadas por seus pais, maridos, namorados, tios e companheiros. Além disso, milhares de outras mulheres espalhadas por este País são vítimas da difamação e da agressão moral praticadas por homens que não são homens e, sim, pequenos seres biológicos, sujos, nojentos, que nem deveriam constar em alguma classificação genética.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª, Senador Geraldo Cândido.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Congratulo-me com V. Exª por seu pronunciamento e solidarizo-me com V. Exª e com todas as mulheres do nosso País que sofrem diariamente com a discriminação, com o machismo que impera de Norte a Sul em nossa sociedade. A nossa sociedade ainda é muito patriarcal e machista. Diariamente, presenciamos o que ocorre com as mulheres, em que muitas são assassinadas de forma brutal e covarde. Esse comportamento é fruto da concepção de que os homens são os donos da sociedade, detentores do poder, e muitas vezes ficam impunes, mesmo cometendo os crimes mais absurdos que podemos imaginar. V. Exª falou de várias mulheres que cumpriram papéis muito importantes em nossa sociedade. É verdade, há muitas heroínas anônimas de que a sociedade não toma conhecimento, mas que cumpriram em épocas anteriores e cumprem atualmente o seu papel na sociedade. Refiro-me principalmente às donas de casa, às camponesas, às mulheres que lutam para criar os seus filhos, com a maior dificuldade, às operárias que cumprem dupla jornada de trabalho: trabalham na fábrica o dia todo, chegam em casa e ainda têm de preparar a comida, lavar as louças, lavar as roupas e cuidar dos filhos. Trata-se de uma luta terrível, muito difícil. Portanto, solidarizo-me com V. Exª e com todas as mulheres do Brasil. Espero que as mulheres realmente sejam reconhecidas como parte importante da sociedade e não apenas por gerarem a vida – digo isso porque devo a vida à minha mãe, sou casado com uma grande mulher e sou pai de uma mulher; portanto sou solidário com as mulheres. Meus parabéns a V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador Geraldo Cândido, agradeço a V. Exª o aparte.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloísa Helena, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço com prazer V. Exª, nossa querida companheira.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento. Fiquei igualmente emocionada ao ver V. Exª rememorar as mulheres valentes que conheceu, particularmente citando o exemplo de sua mãe. V. Exª também fez referência a uma planta que, embora feia e espinhosa, dá a mais bela flor. Talvez isso tenha muito a ver com o que acontece com a realidade vivenciada pelas mulheres. Estamos saindo de uma situação em que éramos consideradas incapazes, tratadas como seres sem rosto, sem fala, sem vontade, e isso num período de tempo muito curto. É muito difícil sair de milhares de anos de dominação, de uma forma de pensar, de agir e sentir para partilhar de uma outra forma que se coloca legitimamente, não para disputar mas para complementar a forma de os seres humanos olharem, pensarem e sentirem o mundo: a forma feminina. Talvez de toda essa dor nasça a flor bonita do cacto a que V. Exª se referiu como sendo uma planta feia. Qual é a falta de beleza de tudo isso? É a dor, a discriminação, o sofrimento causado, a chaga humana que se produz de uma visão torta da Humanidade: a visão puramente masculina. A flor que pode brotar de tudo isso é a compreensão de que para nos completarmos precisamos das duas formas, não como um somatório, mas como uma interação entre elas. Penso que nós, mulheres, estamos dando essa grande contribuição. Quando penso que todo o processo de construção da Humanidade foi em cima do princípio da disputa do homem consigo mesmo ou do homem com a natureza, no sentido de dominá-la e domá-la, nós entramos com o nosso jeito e, em vez de desqualificar e disputar, preferimos convencer as pessoas. Isso porque é melhor ser convencido do que ser obrigado a fazer algo. Penso que as mulheres estão dando essa contribuição. Lamentavelmente, aqueles que não conseguem nos convencer muitas vezes tentam fazê-lo a pulso e, quando não conseguem, eliminam a nossa própria vida. Mas isso não significa eliminar a vida física de uma mulher e, sim, eliminar também a esperança de que possamos viver num mundo onde não tenhamos que ser intolerantes ou tolerantes, mas onde possamos aceitar as diferenças, mesmo que nos causem algum tipo de dor. Precisamos combater essas diferenças sem querermos eliminá-las. Isso se

manifesta em todas as dimensões da nossa vida, inclusive no ato de gostarmos ou não de determinada pessoa. É claro que é doente a mentalidade que elimina aquele que, por alguma razão, quer fugir do seu opressor. Parabenizo V. Exª pelo seu pronunciamento. Concorde inteiramente com o que está sendo dito. Como mulher, fico feliz de que em tão pouco tempo possamos estar contribuindo tanto com a Humanidade no sentido de produzirmos outro olhar sobre o Universo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço muito a V. Exª pelo seu aparte, Senadora Marina. Esta é uma homenagem que faço hoje a V. Exª e a tantas outras companheiras nossas espalhadas por este País e que também já foram vítimas de atitudes covardes. Portanto, a minha homenagem a todas as mulheres: às Sandras, às Marias, às Dorcelinas, às Edmas, às Joanas, às Patrícias, às Severinas, às Susanas, às Lúcias, enfim, às mulheres e meninas guerrilheiras da Colômbia, às mulheres lutadoras por um Brasil melhor. A nossa homenagem a todas as mulheres que, massacradas no cotidiano doméstico ou desbravando caminhos no mundo, continuam firmes, senhoras dos seus próprios destinos, com suas almas libertárias e seus corações pulsando de coragem, solidariedade e esperança.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos todos acompanhando com preocupação os episódios lamentáveis que vêm ocorrendo na Colômbia, particularmente no que concerne à violação dos Direitos Humanos. Creio que o Congresso Nacional tem que buscar dar a sua parcela de contribuição, sob pena de também fazermos a "política do avestruz", que, sinto, está sendo praticada pelo Governo brasileiro, lamentavelmente, diante de um problema que nos afeta, tanto diretamente – sofreremos todas as consequências, por se tratar de um país fronteiriço –, como pelo fato de que a tragédia humana que ali ocorre deva ser motivo de preocupação por qualquer ser que tenha compromisso com a defesa dos Direitos Humanos, que tenha compromisso com as condições de degradação social a que estão submetidas milhares e milhares de pessoas em condições completamente condenáveis.

Hoje, queremos abordar rapidamente essa questão, porque consideramos de extrema importância estarmos aqui, talvez, tomando algumas iniciati-

vas, no sentido de contribuirmos com um problema que não é fácil de resolver, mas que, ao mesmo tempo, não nos dá o direito de ficarmos omissos a ele, porque, dessa forma, estaremos também contribuindo para que esses acontecimentos perdurem, como está ocorrendo na Colômbia.

E antes de pensarmos nos problemas que estão afetando a Colômbia – a guerrilha; a contraguerrilha, que é feita tanto pelos militares como pelos paramilitares; o problema do narcotráfico; o massacre dos camponeses, que são vítimas de todos os demais, tanto são vítimas da guerrilha, de certa forma, como são vítimas dos militares, dos paramilitares e dos narcotraficantes – temos que pensar nas pessoas vítimas da ordem e da contra-ordem que são dadas. Como isso ocorre? Cada grupo tenta utilizar essas pessoas como massa descartável para a realização instrumentalista dos seus objetivos. Qualquer um lança mão do seu apoio e qualquer um pode mudá-lo. Assim, paga-se o preço por não satisfazerem o grupo que se sintam ferido em seus interesses. É como se os guerrilheiros lhes pedissem para colaborar em uma determinada operação; do contrário, aconteceria algum dano ou mesmo seriam mortos. Desta forma, alguém tenta ajudar. Por outro lado, chegam os contraguerrilheiros e exigem que eles façam algo contra aqueles, senão haverá mortes. E o mesmo acontece com os narcotraficantes que solicitam deles atitudes contrárias àqueles dois grupos. Então, as possibilidades de desgraças são muitas para aqueles que estão completamente à deriva e em uma situação de aviltamento e completo abandono de suas condições de sobrevivência e dignidade. Antes de pensarmos nesses problemas como de proteção militar às fronteiras – proteção esta que não pode ser negligenciada –, teremos de pensar neste problema, também, do ponto de vista da violação dos direitos humanos. E isso ocorre tão profundamente que poderíamos dizer até que hoje vivemos um problema semelhante ao que acontece com as vítimas da África. Portanto, acompanhemos todos os problemas que acontecem naquele continente e temos a oportunidade de lidar com esse mesmo drama humano, quase que na mesma dimensão, no território colombiano.

Do ponto de vista desses acontecimentos, uma coisa nos deve chamar a atenção para a prática política, como falei anteriormente, de fazermos como o avestruz, fazer de conta que o problema não está acontecendo. Mas ele está acontecendo e poderão advir consequências muito graves, provenientes das pessoas que, necessariamente, em função dessa

pressão, sairão obrigatoriamente dos seus territórios, havendo um processo de migração em massa para os países fronteiriços inclusive no caso do Brasil. E, aí, com certeza, a política do avestruz em nada contribuiu para a resolução desses problemas.

Então, se, por um lado, essa situação pode ser pensada como sendo elemento para a criação de uma barreira militar, uma espécie de um isolamento sanitário, onde ninguém poderia passar – isso até é possível –, mas, ao mesmo tempo, há outros problemas que não podem ficar isolados como os problemas ambientais, por exemplo. Mesmo que criemos uma barreira militar, um isolamento sanitário dos problemas que acontecem na Colômbia, alguns deles de caráter ambiental nos afetariam independentemente dessa barreira. Agora, essa barreira de proteção sanitária estaria altamente incoerente com os nossos princípios de defesa dos direitos humanos, porque não podemos nos conformar em ficarmos alheios ao que está acontecendo do outro lado com milhares e milhares de pessoas que estão sendo aviltadas em sua dignidade.

Imaginamos que, em muito momentos – e aí a comunicação em tempo real tem contribuído muito para isso –, vivemos uma espécie de hipocrisia da globalização no mundo tecnológico, que é o fato de nos indignarmos, revoltarmos, buscarmos saídas para aqueles problemas que estão bem distantes de nós.

Quem acompanha o problema da fome na África sente-se completamente indignado, sente-se enternecido com a imagem de uma criança faminta ou com fotografias de pessoas morrendo de fome. Sentimo-nos indignados e enternecidos, ao mesmo tempo, quando observamos essas cenas.

A comunicação em tempo real possibilita-nos, coloca dentro da nossa casa, essas imagens vindas da África, mas esse enternecimento não acontece quando encontramos as mesmas crianças nas favelas do Brasil ou quando encontramos as mesmas crianças no Nordeste – que a Senadora Heloísa Helena tanto conhece – durante os períodos de seca. E aí preocupar-se com aquilo que está distante parece que, de alguma forma, nos alivia da sensação de que estamos nos tornando alheios ao drama humano, de que estamos nos tornando indiferentes à tragédia humana.

Afinal de contas, pensamos: "se eu estivesse lá daria uma ajuda a essas crianças, como eu gostaria de dar um prato de comida". Alguns de nós até fazem chantagem com os filhos dizendo o seguinte: "você viu aquela criancinha que está com fome? Você poderia comer sua comida, porque aquele lá está com fome". Só que não somos capazes de perceber o que acontece perto, somos capazes de pensar o problema do Kosovo e imaginar que aquilo foi uma situação dramática de desrespeito aos direitos humanos, de completo abandono dos valores que poderiam estar,

digamos, dando suporte para que as diferenças, embora existentes, pudessem se manifestar. Ficamos indignados com tudo aquilo.

No entanto, a mesma indignação não acontece quando, bem ao nosso lado, aqui, à beira de nossa casa, vemos os camponeses colombianos sendo completamente dizimados. Talvez pensar que, a distância, os problemas, os dramas que estão sendo vividos por aqueles que estão sendo eliminados, oprimidos, massacrados, nos entenece, nos leva a uma situação de indignação. Mas, quando esse problema chega próximo da nossa existência, essa nossa hipocrisia de tratarmos o que está distante com o máximo de atenção, com o máximo de carinho, e o que está perto, com indiferença, desmascara toda essa nossa suposta boa intenção em criticarmos os dramas "alheios", porque, se são dramas humanos, não são alheios, são de todos nós. Então, a comunicação em tempo real possibilita essa hipocrisia de importar-se com o que está distante e ser indiferente com o que está próximo.

É só verificarmos também a questão da ocupação ou da devastação do meio ambiente na Amazônia. O mundo desenvolvido, com justa razão, e todos nós, que temos preocupações ambientais, nos preocupamos. São 13 milhões de quilômetros quadrados que foram devastados e queimados conforme os últimos dados apresentados pelo Inpe. Qualquer um fica indignado com relação a esses dados, principalmente se ele estiver num país desenvolvido. Mas a mesma indignação e o mesmo compromisso não acontece quando se pensa que existem determinadas nações e a mais importante de todas elas são os Estados Unidos que fazem uma emissão desenfreada de dióxido de carbono, causando problemas ambientais tão graves quanto a devastação da Amazônia. Não há a mesma indignação.

E nós, aqui, até podemos também nos indignar com o que está acontecendo lá, mas somos indiferentes quando as florestas estão ruindo para poder atender aos interesses econômicos de meia dúzia, insensíveis à preservação do meio ambiente.

É só também observarmos outros aspectos, como o caso da corrupção na Itália. Quantos de nós não acompanhávamos as denúncias de corrupção na Itália, com o envolvimento de autoridades, principalmente as judiciais, com a Máfia italiana, e ficávamos completamente estarecidos com aquelas chagas sendo postas para fora. No entanto, no nosso Brasil, na beira de nossa casa, na nossa pequena prefeitura, ali, do nosso lado, acontecem os mesmos problemas, e aí tudo bem: afinal de contas, ele rouba, mas faz.

A comunicação em tempo real criou mais uma forma de hipocrisia, e, embora eu esteja falando da Colômbia, quero dizer que não podemos, em hipótese alguma, ser indiferentes ao que está acontecendo ali com aquele país irmão. Aliás, se pensarmos no

problema da violência, ali não vamos achar apenas o narcotráfico como sendo o elemento causador; vamos encontrar toda uma situação complexa, onde o narcotráfico tem uma importância significativa, mas ele, inclusive, é funcional a determinados interesses políticos, porque é por meio do combate ao narcotráfico que chega dinheiro para o combate à guerrilha, e esse dinheiro também é empregado para esse combate à guerrilha, muito embora tenha vindo do narcotráfico. Há o apoio às Forças Militares instituídas e há o apoio de recursos para as Forças Paramilitares, que também são causadoras de violência.

Nesse sentido, a política correta que devemos construir deve ser primeiro fruto de uma discussão entre os países irmãos para que a Colômbia não venha a ficar isolada, ao mesmo tempo em que, na reunião, que irá acontecer nos dias 31 e 1º, haja uma posição bem clara referente a essa problemática, para que não fiquemos omissos a algo que é tão importante para a defesa dos direitos humanos, e principalmente porque essa questão da segurança humana não está isolada. Existem outros problemas que poderão nos afetar, mesmo que fôssemos capazes de controlar toda a situação, criando um cinturão militar, que não permitisse qualquer entrada dos problemas colombianos e das populações que buscariam refúgio no Brasil.

De sorte que imagino da seguinte forma: o Congresso não pode se ausentar da discussão da ação política sobre o caso da Colômbia. Os Parlamentares devem ir além de pronunciamentos, criando interlocução objetiva com o Governo brasileiro. Para isso, é fundamental alguns aspectos: primeiro, que sejam oferecidas sugestões ao Governo. Podemos fazer uma discussão envolvendo os Deputados Federais e os Senadores por meio de nossas Comissões de Direitos Humanos, de Relações Exteriores, no sentido de apresentarmos sugestões ao Governo; e, a partir daí, possamos colaborar para que o País leve aos demais uma proposta de trato mais amplo da questão. Segundo, abrindo um espaço para que a sociedade brasileira tenha as informações pertinentes e, por meio de suas entidades organizadas, cientistas e políticos e outros especialistas participem dessa discussão, que é vital para o futuro do Continente, sob pena de criarmos uma situação semelhante à que já existe no Continente Africano.

Não devemos continuar com a hipocrisia da comunicação em tempo real, onde se assiste ao que está distante, com o desejo de ajudar, mas não se faz, porque se está distante; e se assiste o que está perto, alheio, porque não quer se comprometer, pois está perto. Existe um poeta que apresentou uma boa justificativa para isso. Seu nome é Sa'n Keen, que diz o seguinte:

A Cara de um inimigo.
Para criar um inimigo.
Comece com uma tela em branco
e delineie, num contorno geral, as formas
de homens, mulheres e crianças.
Mergulhe fundo no poço inconsciente de
Sua própria sombra reprimida
Com um pincel largo e
Salpique os estranhos com o matiz si-
nistro da sombra.

Trace sobre o rosto do inimigo
A avidez, o ódio e a negligência que
você não ousa
Assumir como seus.

Obscureça a doce individualidade de
cada rosto.

Apague todos os traços de mil amores,
esperanças e
Medos que brincam pelo caleidoscópio de
Cada coração finito.

Retorça o sorriso até que ele forme um
arco
descendente de crueldade.

Arranque a carne dos ossos até que
só reste
O esqueleto abstrato da morte.

Exagere as feições para que o homem
se metamorfoseie
em besta, verme, inseto.

Preencha o fundo com figuras malignas
De antigos sonhos – diabos,
Demônios e guerreiros do mal.

Quando a sua estátua do inimigo esti-
ver completa
você será capaz de matar, sem sentir
culpa,
trucidar, sem sentir vergonha.

A coisa que você destrói tornou-se
apenas
um inimigo de Deus, um estorvo
à sagrada dialética da História."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, dessa forma, se justificariam todas as ações que se pode fazer para a construção de um inimigo. Lamentavelmente, estamos vivendo numa sociedade, numa civilização doente, que se preocupa mais em dar contorno

àquilo que nos possa ver uns aos outros como inimigos do que em enfatizar aquelas qualidades que nos possam fazer ter uma relação de paz.

Acredito que essa tragédia da Colômbia e tantas outras que já acompanhamos e estamos acompanhando devem nos ensinar que precisamos de uma tomada de posição cuidadosa, que não vise à disputa política pela disputa política, mas que tenha o propósito verdadeiro de resolver o problema. Não se trata de apostarmos em quem sai na frente com a melhor idéia, de quem apresenta a melhor jogada para, aproveitando-se da situação, ter algum tipo de retorno dessa desgraça humana que acontece na Colômbia; trata-se de entrarmos no mérito da questão, mesmo diante das dificuldades existentes e sabendo que a resolução do problema não se dará por vias fáceis. E acredito que o princípio da busca da resolução do problema já é, em si, um primeiro passo, enquanto a omissão é agravar a situação, porque ela requer tratamento de urgência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como País que tem posição de liderança junto aos demais do continente, precisamos assumir essa liderança, não com arrogância nem com prepotência, mas essa definição precisa acontecer, porque o Brasil, claramente, está numa política de enfiar a cabeça na areia e com isso talvez esteja agravando um problema para o qual, no futuro, poderá não saber as respostas ou não ter meios para oferecer essas respostas.

Sr. Presidente, daqui a pouco estaremos protocolando junto ao Itamaraty uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores, que encaminha sugestões à reunião dos governantes latino-americanos que acontecerá hoje, dia 31 de agosto, e amanhã, 1º de setembro. E espero que o Congresso Nacional, por intermédio dos foros que ele mesmo pode criar, esteja contribuindo com o Governo para que entremos nesse debate com o firme propósito de colaborar com a construção de uma saída para algo dramático, tanto do ponto de vista do sofrimento humano quanto do retrocesso que representa para as relações sociais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Cândido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 461, DE 2000

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, e seguindo as tradições da Casa, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Pastor Osvaldo Silva, ocorrido em 30-8-2000, no Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

Nascido em Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, no ano de 1944, o Pastor Osvaldo Silva chegou em Goiás há 50 anos, tendo sido um dos pioneiros no trabalho de disseminação do protestantismo no estado. Casado com Vera Lúcia Silva, o pastor e teólogo teve cinco filhos, tendo sido recentemente transferido para a Igreja Evangélica Assembléia de Deus na cidade de Campos, no Rio de Janeiro.

Líder religioso e homem dedicado ao seu trabalho e à sua congregação, Osvaldo Silva foi um exemplo de pessoa humana, devotado aos seus fiéis, respeitado professor de Seminários Bíblicos e profundo conhecedor das Escrituras Sagradas. “É um daqueles homens insubstituíveis”, lembravam os amigos e colegas durante as últimas homenagens.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2000. – Senador **Albino Boa Ventura**.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – A Mesa associa-se ao voto de pesar e apresentará à família do Pastor Osvaldo Silva essa manifestação do Senado Federal.

Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Cândido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2000

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 16, 21, 23, 33, 54, 62 e 92, de 1999; e 1, de 2000, com a de nº 29, de 2000, que “Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário”, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2000. – Senador **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, alínea c, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo usar da palavra para tratar de um assunto grave e que preferia ver esquecido. Um chefe de governo que se vangloria de ter lutado contra o regime militar pelo direito de opinião e de expressão, o nosso atual Presidente da Re-

pública, renega tudo aquilo por que diz que pelejou, para usar os mesmos instrumentos de cerceamento da liberdade de expressão. E demonstra, assim, que renega os princípios que ele mesmo ajudou a inserir em nossa Carta Magna de 1988.

Pois diz o inciso IV do art. 5º da nossa Lei Maior: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato".

Também está previsto no art. 220 da Constituição Federal que "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição". E, no § 1º do mesmo artigo, que "Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de informação social".

O Governo não conseguiu aprovar dispositivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96, de 1992, na Câmara dos Deputados) que "introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário", na Casa de origem, no que se refere à proibição de divulgar e de opinar dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Agora, ensaia, por meio de duas proposições infraconstitucionais, o PLC nº 65/99 (nº 2.961/97, na Câmara dos Deputados, encaminhado pelo Poder Executivo) e o PLS nº 536/99, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, atingir os mesmos objetivos que se propunha na PEC.

O Relator do projeto do Executivo na CCJ da Câmara, foi o Deputado Antônio Carlos Biscaia. Como Procurador no Estado do Rio de Janeiro, foi ele que conseguiu a condenação dos 14 maiores banqueiros do jogo de bicho. À época da votação na CCJ, fez um veemente protesto, ameaçando entrar com ação direta de inconstitucionalidade se o projeto fosse aprovado em plenário.

Os que defendem a aprovação de lei com caráter restritivo levantam o caso da Escola Base, de São Paulo, que afetou duramente a vida de pessoas cuja culpa não foi comprovada, mas deixam de mencionar, propositadamente, os casos da "máfia dos fiscais" de São Paulo, o **impeachment** do ex-Presidente Collor, e a CPI do Narcotráfico, fatos nos quais não apenas a atuação dos procuradores, mas também a dos meios de comunicação foram decisivos para se atingirem os expressivos resultados a que se chegou em cada um dos casos.

Quero dizer aos nobres Colegas que não podemos renegar princípios tão evidentes estabelecidos pelo Poder Constituinte originário, para atender a interesses que vêm sendo defendidos, utilizando-se argumentos como o resguardo ao direito de sigilo sobre informações que deveriam ser consideradas pessoais, mas que, na realidade, visam apenas e tão-somente a proteger da ação do Poder Judiciário e

das investigações que podem ser levadas a cabo pelo Congresso Nacional, ações criminosas contra o patrimônio público. Não é sem razão que o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Roberto da Costa Leite, durante Ato de Repúdio à Lei da Mordaza realizado em Porto Alegre no mês de abril, disse que a proposta compromete a democracia, atenta contra a liberdade de informação e protege infratores, inclusive corruptos e ladrões.

Ora, todos sabemos que há previsão legal suficiente para punir aqueles que se comportam irresponsavelmente com relação às informações de que dispõem. E essas normas têm por base a nossa Lei Maior, que, no inciso X do art. 5º dispõe que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

O Governo lançou, recentemente, nova ofensiva visando à aprovação da "Lei da Mordaza", o que vem reacendendo a polêmica nos meios político e jurídico, pelo que esse instituto representa de retrocesso em relação à disponibilização de informações ao público. Mesmo o Ministro Carlos Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que ao confessar à época não conhecer bem o projeto, disse ser simpático à aprovação de uma lei para impedir que se divulguem acusações não comprovadas, mas enfatizou que o projeto do Governo deve limitar-se a evitar a divulgação das informações apenas durante a fase de investigação, que é preliminar à ação penal. E afirma: "Depois de apresentada a denúncia, não há mais como ter sigilo, uma vez que a ação penal é pública."

Muito enriquecedor, também, para este debate sobre o sigilo e a quem ele interessa é um trecho do artigo de autoria do Deputado José Genoíno publicado pelo jornal **Correio Braziliense** do dia 28 de março de 2000, onde se pode ler o seguinte: "Muitos governistas parecem ter esquecido que, na democracia, todo ato político e administrativo dos governantes e dos funcionários públicos é, por natureza, público. Num país acostumado à impunidade dos corruptos, esquece-se que a transparência é uma exigência democrática, que a publicidade tornou-se um instrumento de elucidação e que a imprensa tornou-se uma aliada da verdade e da justiça."

Portanto, a questão que nos vem à mente tão logo se fala em impedir a divulgação de fatos produzidos por pessoas que estão ou estiveram em cargos públicos é a seguinte: A quem interessa o silêncio?

É preciso deixar bem claro que não estamos aqui defendendo que se divulguem fatos relacionados à vida familiar ou íntima dos investigados ou suspeitos. Mas é de suma importância impedir que normas feitas sob encomenda sirvam para abrigar os interesses de políticos e administradores corruptos.

E a impressão que nos dá essa atitude do Governo, que vem envidando um esforço desnecessário e suspeito para que essa norma venha a ser aprovada, é a de que existe um sério temor de que os respingos, que se podem prever com relação aos fatos e depoimentos recentes (caso do TRT-SP), comecem a atingir os mandatários maiores. É possível que a investigação de auxiliares que até há pouco tempo estavam bem próximos possam levar a uma situação limite, como a que ocorreu com o ex-Presidente Collor.

O respeito à vida particular deve ser preservado. Nenhum integrante da Oposição pensa em facilitar que seja escancarada a vida pessoal dos integrantes do Governo. Mas o que for considerado ato administrativo não pode ser encoberto, sob pena de se estar desrespeitando o dispositivo constitucional que estabelece os princípios da administração pública, o art. 37, que reza: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

Aliás, uma observação enfática do Ministro Sepúlveda Pertence, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicada no **Correio Braziliense** do dia 18 de março de 2000, demonstra bem a visão do objetivo do Governo com a insistência para ver aprovada a Lei da Mordada: "Me preocupa muito que o assunto tenha vindo à tona quando um ou outro acontecimento trouxe ao pelourinho da execração pública algumas figuras do andar de cima. Ninguém se preocupou em proteger a intimidade daqueles que estão expostos diariamente à violência policial e ao exibicionismo nos programas sensacionalistas de televisão."

Aliás, todos sabemos que muitos fatos têm vindo à baila, motivando investigações pelos órgãos competentes, devido ao interesse jornalístico que leva os repórteres a promoverem um outro tipo de investigação, que não a criminal, mas de grande importância para o conhecimento pela Nação de fatos gerados pelos dirigentes públicos. Alguns desses fatos, pode-se dizer que cobrem de vergonha a Nação, como o descalabro do desvio de verbas públicas ocorrido no Fórum Trabalhista de São Paulo, que se aproxima da assustadora cifra de 170 milhões de reais. Também se poderá dizer que essa cifra não significa muito em relação à capacidade econômica brasileira. Mas isso não é tudo! Isso foi apenas em uma obra, em apenas um edifício! Cremos que o Brasil deve ter, infelizmente, muitos outros exemplos tão repugnantes quanto esse, pois até há pouco tempo se tinha nosso País como a Terra da Impunidade. E, para que o País se livre dessa pecha vergonhosa, é preciso punir aqueles que se aproveitam dos postos públicos de importância, para locupletar-se. E é por isto que nos posicionamos, em momento tão delicado da vida na-

cional, contra a intenção do Governo de estabelecer novamente a censura no País, calando a boca daqueles que defendem os interesses da Nação, justamente os representantes do Ministério Público.

Este Governo, que se diz democrata, nos quer fazer engolir, com a mesma forma de um passado que ainda nem sequer tivemos tempo de esquecer, uma nova lei que institucionaliza a censura no País. Por isso, solicito a união de forças dos Srs. Senadores para que esse projeto não passe nesta Casa. O Poder Legislativo tem, como uma das principais competências constitucionais, justamente a de fiscalizar os atos do Poder Executivo. Se assim é, não podemos impedir os atos suspeitos de virem à tona. Não podemos aceitar, em hipótese alguma, uma lei que promete calar o Ministério Público, órgão de vital importância para a defesa dos interesses do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, sexta-feira, dia 1º de setembro, haverá sessão não deliberativa, a realizar-se às 9 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

(OS 17251/2000)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR BERNARDO CABRAL,
NA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE
30-8-2000, QUE SE REPUBLICA A
PEDIDO DO PARLAMENTAR**

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após uma batalha que se iniciou em 1934, com a edição do Decreto nº 24.643, de 10 de julho daquele ano, o Código de Águas, obra prima do Direito Administrativo, de autoria do Prof. Alfredo Valadão, que passou mais recentemente pela criação do Comitê de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, em 1978, pela Constituição de 1988, pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, do qual tive a honra, Sr. Presidente, de ser o Relator nesta Casa, pela criação da Agência Nacional de Águas – ANA, por igual fui dela Relator, chegou finalmente ontem ao Senado Federal a indicação pelo

Presidente da República dos nomes para compor a diretoria da ANA.

Caberá a esta Casa sabatar a equipe que será liderada pelo Professor Jerson Kelman e composta pelo Professor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Professor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, Engenheiro Ivo Brasil e Engenheiro Lauro Sérgio de Figueiredo.

É a última etapa desse processo, Sr. Presidente.

A tarefa dessa equipe será árdua, não tenho dúvidas. Há uma expectativa enorme no País a respeito de mecanismos novos de gestão, tais como o Plano de Recursos Hídricos, a outorga, a cobrança, o enquadramento de cursos d'água e o sistema de informações. E mais novidades ainda: a responsável participação dos usuários, Governo e sociedade na definição e fiscalização do uso adequado da água de maneira democrática e participativa, através do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia.

São novos paradigmas dos novos tempos.

O Congresso Nacional fez a sua parte. Analisou as propostas do Executivo, aperfeiçoou-as por meio de substitutivos e, mais ainda, atendeu e cumpriu competentemente os pedidos de urgência com votos substantivos.

Agora, o Senado Federal vai ouvir da Diretoria da ANA qual a sua proposta. Sei que milagres não existem. Não se pode corrigir erros seculares em pouco tempo. Mas sei também que é possível colocar o barco no rumo certo da administração correta dos nossos recursos hídricos, zelando por essa riqueza única.

Por que digo isso? Porque temos insistido aqui, reiteradas vezes, com obras publicadas em derredor do que significará a água neste século. Sem dúvida nenhuma, a frase que cunhei dizendo que a água será o "Ouro do Século XXI" é a pura verdade, porque para ela não há alternativa. Podemos ter alternativa para a borracha, para o petróleo, para o ouro, pois podemos fazê-los sinteticamente, mas para a água não temos alternativa. A água é a fonte da vida e temos que ter cuidados. A falta dela demonstra que está na hora de prestigiarmos essa Agência Nacional de Águas. No Nordeste e até em grandes Estados, como São Paulo, o racionamento já se fez presente.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, acostumou-se no Brasil a se falar em estrutura enxuta de governo. O que seria isso? Poucos funcionários? Gastos baixos?

É preciso mudar esse conceito para o conceito de estrutura forte, onde o benefício/custo seja grande. O Governo tem que ser competente. As chamadas estruturas "enxutas", além de, às vezes, saírem mais caras, devido ao baixíssimo benefício/custo, não têm atendido ao interesse público. O Governo tem que ser competente e cumprir sua função, avaliado por indicadores imparciais, transparentes e quantitativos de

desempenho. E a população saberá reconhecer esse trabalho.

E aí me permito, Sr. Presidente, por ser um dos que têm batalhado pelo chamado problema água, sugerir ao Professor Jerson Kelman – que evidentemente deverá ser aprovado para a Presidência da ANA, pois tem mestrado e doutorado no exterior sobre recursos hídricos e o conhecimento de perto – que não se intimide em estruturar a Agência Nacional de Águas com as condições de que ela precisa. A ANA será cobrada por usuários, sociedade, governo e pelos parlamentares que, como eu, se preocupam com o adequado uso da água em nosso País. A ANA não se deve enclausurar em Brasília, mas sim participar da realidade dos Estados e das regiões, com representações locais, e fomentar a criação de Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos, as Leis Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica em todo o País. Portanto, ao invés de se esperar a criação de conflitos para o estabelecimento de Comitês de Bacia Hidrográfica, o melhor é salientar que a finalidade maior dos Comitês de Bacia Hidrográfica é evitá-los.

Faço estas rápidas considerações, Sr. Presidente, porque, ao tomar conhecimento da indicação do Presidente da República, tenho a certeza de que posso encarecer ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que determine a tramitação regimental da sabatina da Diretoria indicada, a fim de que a Agência Nacional de Águas inicie os seus, tenho certeza, frutuosos trabalhos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo: praza aos céus possa a ANA navegar em águas turbulentas e tranquilas com muita competência, para a felicidade desta e das futuras gerações! Serão turbulentas de um lado, para se chegar à tranquilidade de outro, contando que o povo seja o grande beneficiário da Agência Nacional de Águas.

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

31-8-2000

Quinta-feira

- 12h** – Senhor Martus Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
- 19h** – Sessão Solene de abertura da Reunião de Presidentes da América do Sul
Auditório do Palácio do Itamaraty
- 20h** – Jantar em homenagem aos Presidentes Sul-Americanos
Sala Brasília – Palácio do Itamaraty



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Resenha das matérias apreciadas durante a
2ª Sessão Legislativa Ordinária
51ª Legislatura**

(1º a 31 de agosto de 2000)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APROVADA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 1
Total..... 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999 (nº 82/95, na Câmara dos Deputados), que *altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.* (PEC DA SAÚDE).

Sessão: 10.8.2000

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 1
Total..... 1

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997 (nº 1.615/96, na Casa de origem), que *dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências".*

Sessão: 2.8.2000

**PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

De iniciativa do Senado Federal.....	11
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	13

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1999 (nº 3.468/97, na Casa de origem), que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura-Pronac".

Sessão: 1º.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Sessão: 3.8.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2000.

Sessão: 9.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999-Complementar, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira – Siafi, e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências.

Sessão: 9.8.2000

Parecer nº 825, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as propostas da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para adequação do texto do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Código Civil, em face das alterações legais aprovadas durante o curso de sua tramitação.

Sessão: 10.8.2000

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal (nomeação de auditor para o Tribunal de Contas da União).

Sessão: 10.8.2000

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2000 (nº 2.974/2000, na Casa de origem), que *reabre o prazo de opção ao REFIS*. (aprovado com emenda)
Sessão: 10.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras*.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 11.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2000, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *denomina "Aeroporto Jorge Texeira de Oliveira" o Aeroporto de Porto Velho, na capital do Estado de Rondônia*.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 15.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do "habeas data"*.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 15.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 564, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que *altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação*.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 15.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2000, de autoria do Senador Romero Jucá, que *denomina "Ponte José Vieira de Sales Guerra", a ponte sobre o Rio Branco, na BR-174, do Município de Caracará, em Roraima*.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 23.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *denomina "Sebastião Diniz" a ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, no Estado de Roraima*.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 28.8.2000

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	2

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1998 (nº 559/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.*

Sessão: 1º.8.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2000 (nº 342/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial de ambos os Países, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, em Brasília, em 20 de maio de 1999.*

Sessão: 8.8.2000

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal.....	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	3

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que *altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências", estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 1º.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que *altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.*

(Prejudicado em função da aprovação do PLC nº 37/99)

Sessão: 1º.8.2000

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996 (nº 4.622/94, na Casa de origem), que *dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito.*

(Prejudicado em função da aprovação do PLS nº 245/99)

Sessão: 3.8.2000

MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal.....	4
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	5

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1997, de autoria do Senador Júlio Campos, que *restaura a vigência do art. 233 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências"*.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 3.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 643, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que *modifica a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências"*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 3.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2000, de autoria do Senador Luiz Estevão, que *denomina Israel Pinheiro a terceira ponte do Lago Paranoá, na cidade de Brasília*.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2000, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas e das pessoas físicas*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 25.8.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1988 (nº 13/88, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985*.

(art. 254, do R.I.S.F.)

Sessão: 29.8.2000

MATÉRIAS ARQUIVADAS
(art. 333, do RISF)

De iniciativa do Senado Federal.....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
De iniciativa do Supremo Tribunal Federal..	1
Total.....	3

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1991 (nº 4.163/89, na Casa de origem), *que regula o disposto no artigo quinto, inciso sexto, da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Sessão: 16.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1991, de autoria do Senador Nelson Wedekin, *que regulamenta o inciso VI do artigo quinto da Constituição, dispondo sobre a proteção aos locais de cultos e suas liturgias.*

Sessão: 16.8.2000

Ofício nº S/7, de 2000 (nº 69/2000, na origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, *que solicita licença-prévia, para que aquela Corte possa apreciar a denúncia constante dos autos do Inquérito nº 1451 contra o Senador Luiz Estevão.*

(Prejudicado em função da cassação do mandato do Senador)

Sessão: 2.8.2000

MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	2

Projeto de Lei do Senado nº 621, de 1999, de autoria do Senador Moreira Mendes, *que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 361, de 2000)

Sessão: 2.8.2000

Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2000, de autoria da Senadora Heloisa Helena, *que cancela as dívidas de países pobres com o Brasil.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 363, de 2000)

Sessão: 2.8.2000

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	16
Total.....	16

Requerimento nº 413, de 2000, do Senador Pedro Simon, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear Barbosa Lima Sobrinho.

Sessão: 1º.8.2000

Requerimento nº 416, de 2000, do Senador Nabor Júnior, solicitando, homenagem de pesar pelo falecimento na última quarta-feira, dia 26 de julho, ao ex-Senador Mário Maia.

Sessão: 1º.8.2000

Requerimento nº 417, de 2000, do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ilustre advogado, pecuarista e escritor Dr. Eduardo Machado Metello.

Sessão: 1º.8.2000

Requerimento nº 418, de 2000, do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento de Dona Maria Edwirges de Albuquerque Borges, ocorrido no dia 25 de julho último.

Sessão: 1º.8.2000

Requerimento nº 419, de 2000, do Senador Pedro Simon, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

Sessão: 1º.8.2000

Requerimento nº 420, de 2000, do Senador Pedro Simon, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Aloysio Biondi.

Sessão: 1º.8.2000

Requerimento nº 430, de 2000, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Orlando Bezerra.

Sessão: 2.8.2000

Requerimento nº 431, de 2000, do Senador Moreira Mendes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Adalberto Pinto de Barros, ocorrido no dia 13.7.2000.

Sessão: 2.8.2000



Requerimento nº 436, de 2000, dos Senadores Hugo Napoleão e Edison Lobão, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek.

Sessão: 7.8.2000

Requerimento nº 437, de 2000, do Senador Pedro Simon, solicitando inserção em Ata de um Voto de Pesar pelo falecimento da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek.

Sessão: 7.8.2000

Requerimento nº 441, de 2000, do Senador Maguito Vilela e outros Senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, em sessão a ser designada, seja destinada a homenagear a ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek.

Sessão: 8.8.2000

Requerimento nº 444, de 2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando seja consignado voto de aplauso a Danuza Leão, pela Comenda recebida de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras da França.

Sessão: 8.8.2000

Requerimento nº 449, de 2000, do Senador Agnelo Alves e outros Senhores Senadores, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Senhora Diva Mariz, viúva do ex-Senador Dinarte Mariz.

Sessão: 9.8.2000

Requerimento nº 458, de 2000, do Senador Pedro Simon, solicitando inserção em Ata de um Voto de Pesar pelo falecimento de Ervalino Plácido Bozzetto, ocorrido em 15 de agosto de 2000.

Sessão: 16.8.2000

Requerimento nº 459, de 2000, do Senador José Sarney e outros Senadores, solicitando inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, professor José Pires de Sabóia Filho.

Sessão: 24.8.2000

Requerimento nº 461, de 2000, do Senador Albino Boaventura, solicitando, nos termos regimentais, e segundo as tradições da Casa, seja apresentado pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do Pastor Osvaldo Silva, ocorrido em 30 de agosto, no Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 31.8.2000

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de agosto de 2000)

Não deliberativas	17
Deliberativas ordinárias	6
Total.....	23

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de agosto de 2000)

Não deliberativas	41
Deliberativas ordinárias	59
Deliberativas Extraordinárias.....	5
Especiais	1
Reuniões.....	2
Total.....	108



SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de agosto de 2000)

MATÉRIAS APROVADAS.....	17
Proposta de Emenda à Constituição aprovada e enviada à promulgação	1
Projeto aprovado e enviado à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	13
Projetos aprovados e enviados à promulgação	2
• <i>Acordos Internacionais</i>	2
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	13
Matérias declaradas prejudicadas.....	3
Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo	5
Matérias arquivadas (art. 333, do R.I.S.F.)	3
Matérias retiradas pelos autores	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	30

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de agosto de 2000)**

MATÉRIAS APROVADAS.....312

Proposta de Emenda à Constituição aprovada e enviada à promulgação 2

Projeto aprovado e enviado à sanção 28

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 63

Projetos aprovados e enviados à promulgação 195

• *Concessões de telecomunicações* 135

• *Operações de crédito* 47

• *Acordos Internacionais* 12

• *Cassação de Mandato* 1

Escolha de Chefe de Missão Diplomática..... 14

Escolha de Autoridade 10

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO51

Matérias declaradas prejudicadas..... 15

Matérias arquivadas 7

Matérias rejeitadas 20

Matéria retirada pelo autor..... 7

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 363

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Of/576/2000- SGM	Dr. Paulo Andrade Gomes Procurador-Chefe da União no Estado de Sergipe	Em atenção ao Of. 1887/AGU/PU/SE, envia a àquela Procuradoria, o texto das Resoluções nºs 96, de 1989, e 78, de 1998, do Senado Federal.
Correspondência	Xanana Gusmão Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense – Timor Leste	Encaminha exemplares da constituição brasileira, do Regimento Interno do Senado Federal e da publicação "Manual de Processo Legislativo Brasileiro".
Of/562/2000- SGM	Dr. Marco Antonio Teixeira Procurador-Geral de Justiça Ministério Público do Estado do Paraná	Encaminha, a pedido, um exemplar do Relatório Final da CPI dos Títulos Públicos.
Of/553/2000- SGM	Adelina Sá Carvalho - Secretária-Geral da Assembleia da República Lisboa – Portugal	Encaminha, a pedido, exemplar da Constituição e do Regimento Interno à Adellina Sá Carvalho, Secretária-Geral Assembleia da República - Lisboa/Portugal.
Of/566/2000- SGM	Suelena Pinto Bandeira Diretora do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados	Encaminha, a pedido, os 3 volumes da Representação 02, de 1999, e o relatório final da CPI do Judiciário, tomos 1 a 4 – denúncias protocolados junto à CPI, para compor o acervo da biblioteca.
Correspondência	Dr. Leonardo Rodrigues Perito em Criminalística Goiânia	Encaminha os três volumes da Representação nº 2 de, de 1999

CONGRESSO NACIONAL - 2000
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 31 DE AGOSTO

PROJETOS com vetos total/parcial	17
VETOS - mantidos	31
VETOS - rejeitados	01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Agosto	634/95-CN (nº 1.291/95, na origem)	PLC nº 100/95 (PL nº 373/95, na Casa de origem)	Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantidos os Vetos Parciais Total: 5
Agosto	397/98-CN (nº 622/98, na origem)	PLV nº 9/98 (oriundo da MP nº 1.651-43/98)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantidos os Vetos Parciais Total: 2
Agosto	857/99-CN (nº 1.271/99, na origem)	PLC nº 58/98 (PL nº 2.775/97, na Casa de origem)	Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Parcial Total: 1
Agosto	954/99-CN (nº 1.278/99, na origem)	PLC nº 12/98 (PL nº 1.022/95, na Casa de origem)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Total Total: 1
Agosto	1.201/99-CN (nº 1.584/99, na origem)	PLC nº 71/93 (PL nº 3.112/89, na Casa de origem)	Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Total Total: 1
Agosto	1.202/99-CN (nº 1.673/99, na origem)	PLC nº 57/98 (PL nº 4.688/94, na Casa de origem)	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica.	9-8-2000, às 19 horas	Mantidos os Vetos Parciais Total: 4
Agosto	1.203/99-CN (nº 1.674/99, na origem)	PLC nº 10/99 (PL nº 2.960/97, na Casa de origem)	Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	9-8-2000, às 19 horas	Mantidos os Vetos Parciais Total: 6
Agosto	264/2000-CN (nº 1.750/99, na origem)	PLV nº 8/99 (oriundo da MP nº 1.910-11/99)	Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Parcial Total: 1

Agosto	267/2000-CN (nº 1.896/99, na origem)	PLC nº 60/96 (PL nº 1.643/96, na Casa de origem)	Altera o art. 883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Total Total: 1
Agosto	347/2000-CN (nº 75/2000, na origem)	PLC nº 28/99 (PL nº 4.693/98, na Casa de origem)	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumário no processo trabalhista.	9-8-2000, às 19 horas	Mantidos os Vetos Parciais Total: 3
Agosto	490/2000-CN (nº 571/2000, na origem)	PLC nº 37/96 (PL nº 2.891/92, na Casa de origem)	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Parcial Total: 1
Agosto	492/2000-CN (nº 663/2000, na origem)	PLS nº 91/98 (nº 390/99, na Câmara dos Deputados)	Institui o Conselho Federal do Secretariado-CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado-CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Total Total: 1
Agosto	494/2000-CN (nº 690/2000, na origem)	PLC nº 59/99 (PL nº 267/99, na Casa de origem)	Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	9-8-2000, às 19 horas	Mantidos os Vetos Parciais Total: 2
Agosto	495/2000-CN (nº 697/2000, na origem)	PLC nº 39/97 (PL nº 85/95, na Casa de origem)	Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Total Total: 1
Agosto	497/2000-CN (nº 746/2000, na origem)	PLC nº 5/2000 (PL nº 2.329/2000, na Casa de origem)	Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.	9-8-2000, às 19 horas	Mantido o Veto Parcial Total: 1
Agosto	843/99-CN (nº 1.055/99, na origem)	PLN nº 2/99	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.	9-8-2000, às 19 horas	Prejudicado
Agosto	268/2000-CN (nº 1.990/99, na origem)	PLS nº 81/99 (nº 943/99, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1996 e 1998.	9-8-2000, às 19 horas	Rejeitado o Veto Total Total: 1

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO 2000

PLVs - sancionados.....	03
PLNs - transformados em lei.....	07
PRNs - promulgados.....	01
VETOS - mantidos.....	31
VETOS - rejeitados.....	01
PDNs - promulgados.....	10
Total de matérias apreciadas.....	53

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Of. nº 191/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada dia 1º-8-2000, e despachada à CMPOPF, a Mensagem nº 683, de 2000-CN, referente ao Projeto de Lei nº 7, de 2000-CN.
Of. nº 197/2000-CN	Sen. Paulo Hartung - Líder do PPS	Solicitando indicação dos nomes de membro titular e suplente dessa bancada, para integrarem a CMPOPF, tendo em vista a promulgação da Resolução nº 2/2000-CN, e para os efeitos dos arts. 4, 5º e 7º da Resolução nº 2/1995-CN.
Of. nº 204/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando, que de acordo com as indicações recebidas das Lideranças e nos termos do disposto no <i>caput</i> do art. 5º da Resolução nº 2/1995-CN e da Resolução nº 2/2000, foi designada a CMPOPF, relativa ao ano de 2000.
Of. nº 212/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidas, na sessão do Senado Federal realizada dia 15-8-2000, e despachadas à CMPOPF, as Mensagens nºs 690 e 691, de 2000-CN, referentes aos Projetos de Lei nºs 8 e 9, de 2000-CN.
Of. nº 214/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada dia 17-8-2000, e despachada à CMPOPF, a Mensagem nº 693, de 2000-CN, referente ao Projeto de Lei nº 10, de 2000-CN.
Of. nº 244/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando, nos termos do art. 142 do Regimento Comum, a fim de ter sua tramitação iniciada nessa Casa, projeto de decreto legislativo, apresentado pela CMPOPF, como conclusão de seus Pareceres nºs 32 e 33, de 2000-CN, que "Aprova as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1997".
Of. nº 245/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada dia 22-8-2000, e despachada à CMPOPF, a Mensagem nº 694, de 2000-CN, referente ao Projeto de Lei nº 11, de 2000-CN.
Of. nº 248/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidas, na sessão do Senado Federal realizada dia 28-8-2000, e despachadas à CMPOPF, as Mensagens nºs 716 a 718, de 2000-CN, referentes aos Projetos de Lei nºs 12 a 14, de 2000-CN.
Of. nº 249/2000-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada dia 29-8-2000, e despachada à CMPOPF, a Mensagem nº 750, de 2000-CN, referente ao Projeto de Lei nº 15, de 2000-CN.

COMISSÃO
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
FEV/AGO 2000

REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA

REUNIÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS	17
EXTRAORDINÁRIAS	15
CONJUNTAS	3
TOTAL	35

PROJETOS APROVADOS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO TERMINATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO			2		1						3
PELA REJEIÇÃO	4			1		1					6
REMESSA À CCJ				1		1					2
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	1										1
PELA PREJUDICIALIDADE					1						1
TOTAL	5	0	2	2	2	2	0	0	0	0	13

**PARECERES APRECIADOS - 2000 EM CARÁTER NÃO TERMINATIVO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PROJETOS DE LEI DO SENADO NÃO TERMINATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	1	1									2
PELA REJEIÇÃO					1						1
REMESSA À CCJ	1										1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
TOTAL	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	4

PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO				1		1					2
PELA REJEIÇÃO		1									1
REMESSA À CCJ	1			1							2
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
TOTAL	1	1	0	2	0	1	0	0	0	0	5

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA COMPLEMENTAR	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO						1					1
PELA REJEIÇÃO											0
PELO ARQUIVAMENTO											0
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
TOTAL	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

EMENDAS DE PLENÁRIO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											0
POR AUDIÊNCIA À CCJ				1							1
PELA REJEIÇÃO											0
TOTAL	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

(OFS) OFÍCIOS "S"	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS			17		3						20
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR					1						1
PELO ARQUIVAMENTO			1								1
TOTAL	0	0	18	0	4	0	0	0	0	0	22

(MSF) MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	3	3	8	3	7						22
APROVADO NOS TERMOS DO PDS			1			1					2
INDICANDO AUTORIADES		1			4						5
TOTAL	3	4	7	3	11	1	0	0	0	0	29

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	1		2		8	1					12
PELA REJEIÇÃO											0
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
PELA PREJUDICIALIDADE	1										1
CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO					1						1
PELO ARQUIVAMENTO											0
TOTAL	2	0	2	0	9	1	0	0	0	0	14

PROJETOS DE RESOLUÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											0
PELA PREJUDICIALIDADE											0
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO					2	1					3
POR AUDIÊNCIA À CCJ											0
PELO ARQUIVAMENTO											0
PELA REJEIÇÃO	1				1						2
TOTAL	1	0	0	0	3	1	0	0	0	0	5

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1999
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	2	1	4	1	9	3	0	0	0	0	20
PELA REJEIÇÃO	5	1	0	1	1	1	0	0	0	0	9
PELA PREJUDICIALIDADE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
POR AUDIÊNCIA À CCJ	2	0	0	3	0	1	0	0	0	0	6
PELO ARQUIVAMENTO	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
APROVADOS NOS TERMOS DO PRS	3	3	23	3	10	0	0	0	0	0	42
APROVADOS NOS TERMOS DO PDS	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
APROVANDO IND. DE AUTORIDADES	0	1	0	0	4	0	0	0	0	0	5
CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	1	0	0	0	2	1	0	0	0	0	4
TOTAL	14	6	29	8	29	7	0	0	0	0	93

***RELATÓRIO DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS***

AGOSTO/2000

***2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA***

PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

VICE: SENADORA HELOÍSA HELENA

MATÉRIAS APRECIADAS EM AGOSTO/2000**REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS 02****REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS 00****REUNIÕES CONJUNTAS REALIZADAS 00**

PROJETOS DE LEI DO SENADO - DECISÃO TERMINATIVA	
PELA APROVAÇÃO	00
PELA REJEIÇÃO	00
PELA PREJUDICIALIDADE	00
ENVIO A OUTRA COMISSÃO PARA AUDIÊNCIA PRELIMINAR	01
PELO SOBRESTAMENTO (EM VISTA DE REQUERIMENTO APRESENTADO EM PLENÁRIO)	00
PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (ARTS. 90 E 93 - RISF)	00
TOTAL	01

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	00
PELA PREJUDICIALIDADE	00
PELO ARQUIVAMENTO	00
TOTAL	01

OFÍCIOS "S"	
PELA APROVAÇÃO	00
PELA REJEIÇÃO	00
PELA APRESENTAÇÃO DE DIVERSAS SUGESTÕES OU PROVIDÊNCIAS	01
TOTAL	01

EMENDAS OFERECIDAS: PLENÁRIO (SF/CD); TURNO SUPLEMENTAR E SUBSTITUTIVOS	
APROVADAS	04
REJEITADAS	00
PREJUDICADAS	00
TOTAL	04

PEDIDOS DE VISTA CONCEDIDOS	
TOTAL	09

REQUERIMENTOS APRESENTADOS À COMISSÃO	
APROVADOS	02
REJEITADOS	00
NÃO APRECIADOS	00
TOTAL	02

RELATÓRIOS DIVERSOS EXPEDIDOS	
TOTAL	02

MÉDIA DE BAL(s) EXPEDIDOS	
TOTAL	32

(BAL⇒BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA⇒DESCREVE O TRÂMITE DAS PROPOSIÇÕES)

MÉDIA DE E-MAIL(s) ENVIADOS	
TOTAL	1715

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	
PELA APROVAÇÃO	08
PELA REJEIÇÃO	00
PELA PREJUDICIALIDADE	00
PELO ARQUIVAMENTO	00
PELA APRESENTAÇÃO DE DIVERSAS SUGESTÕES OU PROVIDÊNCIAS	01
PELA APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE LEI DO SENADO	00
PELA AUDIÊNCIA DE OUTRA COMISSÃO	01
PELO SOBRESTAMENTO	00
PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (ARTS. 90 E 93 - RISF)	00
TOTAL	10

OBSERVAÇÃO Nº 1: OS REQUERIMENTOS NÃO APRECIADOS NÃO CONSTAM NO CÔMPUTO TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS.

OBSERVAÇÃO Nº 2: A MÉDIA DE E-MAIL(s) ENVIADOS CALCULA-SE MULTIPLICANDO-SE CADA ENVIO PELO NÚMERO DE PESSOAS CADASTRADAS PARA RECEBIMENTO.

Secretários: José Roberto Assumpção Cruz

Elizabeth Gil Barbosa Vianna

Ramais: 311 4608/3515/4792

Sala de Reuniões: 311 3359

Fax: 311 3652

e-mail(s): jrac@senado.gov.br

elizagil@senado.gov.br

Endereço: Ala Senador Alexandre Costa - sala 11 - A - Anexo II - Senado Federal

[illegible]

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

P E C	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO			3	4	2	3		1					13
PELA REJEIÇÃO		1			1								2
N. T. SUBSTITUTIVO													0
TOTAL	0	1	3	4	3	3	0	1	0	0	0	0	15

OFÍCIO "S"

OFÍCIO S	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO						1							1
PELA REJEIÇÃO													0
N. T. PRS					1								1
TOTAL	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

P L C	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO		1	1		3	4		3					12
PELA REJEIÇÃO					4								4
N. T. SUBSTITUTIVO						1							1
TOTAL	0	1	1	0	7	5	0	3	0	0	0	0	17

PLC-COMPLEMENTAR	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO		1				1							2
PELA REJEIÇÃO													0
N. T. SUBSTITUTIVO													0
TOTAL	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2

EMENDAS DE PLENÁRIO

EMENDAS PLEN	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO			4	3	1			1					9
PELA REJEIÇÃO			35	3	8								46
TOTAL	0	0	39	6	9	0	0	1	0	0	0	0	55

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO													0
PELA REJEIÇÃO								1					1
N. T. SUBSTITUTIVO													0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO

REQUERIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO													0
PELA REJEIÇÃO													0
N. T. SUBSTITUTIVO								3					3
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

REQUERIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO				1		1							2
PELA REJEIÇÃO													0
N. T. SUBSTITUTIVO													0
TOTAL	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2

MENSAGENS

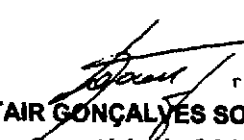
M S F	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
IND. AUTORIDADES					1			1					2

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REALIZADAS					3	2		8					13

TOTAL DE PARECERES APRECIADOS PELA CCJ

PARECERES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO	0	3	12	8	14	12	0	5	0	0	0	0	54
PELA REJEIÇÃO	0	1	35	4	15	5	0	1	0	0	0	0	61
N. T. SUBSTITUTIVO	0	3	0	1	4	3	0	4	0	0	0	0	15
APR. IND. AUTORIDADE	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
TOTAL	0	7	47	13	34	20	0	11	0	0	0	0	132


ALTAIR GONÇALVES SOARES
 Secretário da CCJ

RELATÓRIO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

MATÉRIAS APRECIADAS EM 2000

AGOSTO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	27

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

(PDS) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	24
PELA REJEIÇÃO	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	24

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS (CONT.)

PROJETO DE LEI DO SENADO	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	01
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE LEI DO SENADO	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS
FEVEREIRO/AGOSTO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....19

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....19

PARECERES	POS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	AVISOS	EMENDAS
PELA APROVAÇÃO	178	08	13	03	01	08	-	01
PELA REJEIÇÃO	-	-	07	-	-	01	-	02
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	01	01	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	1	-	-	01	-	02	-	-
PELA URGÊNCIA	-	-	-	-	-	01	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	01	-	-
TOTAL	177	08	20	06	02	10	-	03

TOTAL GERAL:222

**COMISSÃO
DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA (FEVEREIRO A AGOSTO DE 2000)**

REUNIÕES CONVOCADAS.....12
REUNIÕES REALIZADAS11
TOTAL DE REUNIÕES.....11

**MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
APROVADOS					1		1
REJEITADOS							
TOTAL					1		1

PARECERES APRECIADOS - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
PELA APROVAÇÃO		1			1		2
PELA REJEIÇÃO							
TOTAL		1			1		2

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
PELA APROVAÇÃO		1	1		1		3
PELA REJEIÇÃO					1		1
PEDIDO DE URGÊNCIA /SGM					3		3
TOTAL		1	1		5		7

(REQ.) REQUERIMEN TO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
PELA APROVAÇÃO	4		3		5		12
PELA REJEIÇÃO							
TOTAL	4		3		5		12

IND.,PRS DIVERSOS, AVISOS E MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
PELA APROVAÇÃO				1		1	2
PELA REJEIÇÃO							
PELO ARQUIVAME NTO							
TOTAL / MÊS				1		1	2

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CI - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
PELA APROVAÇÃO		2	1	1	5		9
PELA REJEIÇÃO					1		1
POR AUDIÊNCIA À CCJ							
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS						1	1
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS							
PELO ARQUIVAMENTO							
TOTAL GERAL		2	1	1	6	1	11

CELSO ANTONY PARENTE
SECRETÁRIO DA C.I.

ATAS DE COMISSÕES

9ª, 11ª a 32ª Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizadas em 5 e 26 de abril, 3, 10, 17, 18, 23, 24, 30 e 31 de maio, 1º, 7, 14, 15, 19, 21 e 27 de junho, 1º, 8, 9 e 10 de agosto de 2000.

10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 26 de abril de 2000. (Republicação)

21ª e 22ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 2 e 9 de agosto de 2000, respectivamente.

35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 8 de agosto de 2000.

11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 10 de agosto de 2000.

ATO DO PRESIDENTE**Nº 40 DE 2000**

O Presidente do Senado Federal, em cumprimento ao disposto no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.995, de 2000, resolve publicar as informações referentes ao Quadro de Pessoal do Senado Federal, conforme tabelas elaboradas pela Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL**CARREIRA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS**

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	Nº DE CARGOS	VAGOS
Consultor Legislativo (Nível III)	1-Consultoria e Assessoramento	1.1 - Assessoramento Legislativo	130	31
		1.2 - Assessoramento em Orçamento	30	2
		2.1 - Processo Legislativo	585	220
Analista Legislativo (Nível III)	2 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	2.2 - Orçamento Público	39	3
		2.3 - Taquigrafia	92	1
		2.4 - Biblioteconomia	30	-
		2.5 - Tradução e Interpretação	7	1
		3.1 - Administração	259	40
	3 - Apoio Técnico-Administrativo	3.2 - Análise de Custo	5	4
		4.1 - Contabilidade	21	3
	4 - Controle Interno	5.1 - Medicina	50	3
		5.2 - Odontologia	8	5
	5 - Saúde e Assistência Social	5.3 - Farmácia	4	3
		5.4 - Psicologia	5	4
		5.5 - Assistência Social	1	1
		5.6 - Enfermagem	18	2
	6 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	6.1 - Arquitetura	5	2
		6.2 - Engenharia	14	3
		6.3 - Manutenção de Máquinas Gráficas	12	9
	7 - Polícia e Segurança	7.1 - Segurança	41	37
	8 - Comunicação Social, Eventos e Contatos	8.1 - Comunicação Social	117	9
	9 - Advocacia	10	10	2
		10.1 - Direito	5	4
	10 - Consultoria Jurídica	11.1 - Processo Industrial Gráfico	75	47
	11 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	12.1 - Redação e Revisão	81	42
	12 - Redação e Revisão de Textos Gráficos			

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	Nº DE CARGOS	VAGOS
Técnico Legislativo (Nível II)	1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	487	65
		1.2 - Assistência a Plenários e Portaria	94	-
	2 - Apoio Técnico Administrativo	2.1 - Administração	416	73
	3 - Controle Interno	3.1 - Contabilidade	18	18
	4 - Saúde e Assistência Social	4.1 - Enfermagem	27	4
		4.2 - Odontologia	10	10
		4.3 - Radiologia	5	3
		4.4 - Reabilitação	8	7
	5 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais	5.1 - Eletrônica e Telecomunicações	46	-
		5.2 - Telefonia	26	1
		5.3 - Artesanato	207	22
	6 - Polícia, Segurança e Transporte	6.1 - Segurança	291	64
		6.2 - Transporte	173	9
	7 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	7.1 - Processo Industrial Gráfico	606	197
Secretário Parlamentar (Nível II)			1	-
Auxiliar Legislativo (Nível I)	1 - Apoio Auxiliar ao Processo Industrial Gráfico	1.1 - Processo Industrial Gráfico	93	22
		1.2 - Segurança	4	3

CARGO	ESTÁVEIS	NÃO-ESTÁVEIS	TOTAL
Consultor Legislativo	121	6	127
Analista Legislativo	850	189	1.039
Técnico Legislativo	1.124	817	1.941
Secretário Parlamentar	0	1	1
Auxiliar Legislativo	1	71	72

QUANTITATIVOS DE SERVIDORES NOMEADOS PARA CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO DO SENADO FEDERAL

Situação Cargo	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	Servidores Não Ocupantes de Cargo Efetivo	Cargos vagos
Chefe de Gabinete do Presidente	-	1	-
Chefe do Cerimonial	-	1	-
Diretor de Secretaria	-	1	-
Coordenador Adjunto Assess. de Plan. e Mod.	1	-	-
Diretor de Subsecretaria	10	1	-
Diretor Executivo do ILB	1	-	-
Assessor	3	14	3
Assessor da SGM	2	1	-
Assessor da DGER	-	2	1
Assessor Técnico	-	191	8
Secretário Parlamentar	-	272	17
Assistente Parlamentar	-	281	59

Tabela de Cargos Efetivos:

CATEGORIA/CARGO	EXISTENTES	OCUPADOS		VAGOS
		ESTÁVEIS	NÃO ESTÁVEIS	
Analista de Informática Legislativa	229	139	052	038
Técnico de Informática Legislativa	141	129	012	-
TOTAL	370	268	064	038

Tabela de Cargos Comissionados:

CATEGORIA/CARGO	EXISTENTES	OCUPADOS	VAGOS
Cargo em Comissão	005	005	-
TOTAL	005	005	-

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 897, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 002288/00-1, resolve:

Art. 1º Designar o servidor DAVID FERREIRA LOPES, matrícula nº 5459, como gestor substituto do Contrato nº 001/96, celebrado entre o Senado Federal e a TELEBRASILIA – Telecomunicações de Brasília S.A., em substituição ao servidor MARCOS AURÉLIO BEHR DA ROCHA, matrícula nº 5320.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 898, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 011241/00-4, resolve:

Art. 1º São designados os servidores DANIEL DELGADO, matrícula nº 4692 e HONORATO DA SILVA SOARES NETO, matrícula nº 4671, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 045/00, celebrado entre o Senado Federal e a Danka do Brasil Ltda.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 899, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 017871/99-9, resolve:

Art. 1º São designados os servidores ORLANDO CARNEIRO SILVA, matrícula nº 3521 e JOÃO MARCELO DE CASTRO NOVAIS, matrícula nº 5142, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 068/99, celebrado entre o Senado Federal e a Telebrasil Celular S.A.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 900, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 000075/00-0, resolve:

Art. 1º São designados os servidores RICARDO WAGNER OTTONI DE CARVALHO, matrícula nº 2825 e JAIRO SÉRGIO DE FREITAS, matrícula nº 1333, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 075/95, celebrado entre o Senado Federal e a EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 901, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal nº 9, de 29-1-97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000390/98-4, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor ARIANI WIENER DUARTE, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o art. 186, inciso III, alínea a da Lei nº 8.112/90, bem assim com as vantagens das Resoluções nºs 59/91, 51/93, 74/94, 5/95 e 55/98 do Senado Federal, com proventos integrais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 902, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.205/00-4 resolve

aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor JOÃO DIAS DA COSTA FILHO, Técnico Legislativo, Área 2, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 8º, incisos I, II, e § 1º, inciso I; alíneas a e b, e inciso II da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 903, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF nº 010.405/003 resolve declarar aposentado, compulsoriamente, a partir de 10-8-2000, data em que implementou a idade limite para permanência no serviço público, com proventos proporcionais, o servidor ERICH MOHN, Técnico

Legislativo, Área 2, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 904, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 011202/00-9, resolve, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea a da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a JANE TEIXEIRA GAIA, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro) dos proventos que percebia o ex-servidor Darcy Pedrozo Machado Gaia a partir da data do óbito, 19 de agosto de 2000.

Senado Federal, 31 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2124/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em: 10/08/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

Atualizada em: 1º/09/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	
DJALMA BESSA	MS-1128/1228 BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	
SEBASTIÃO ROCHA	MT-1248/1348 AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	
	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ						
Presidente: JOSÉ AGRIPINO						
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET						
(23 titulares e 23 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467	
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157	
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO			
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213	
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072	
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO			
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247	
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPICY – PT	SP	3215/3217	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em 1º/09/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB - 3			
PEDRO SIMON	RS-3230/32	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
AMIR LANDO	RO-3130/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
RENAN CALHEIROS	AL-2261/68	3 - IRIS REZENDE	GO-203
PFL - 2			
JOSÉ JORGE	PE-3245/46	1 – JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-30
ÉDISON LOBÃO	MA-2311/17	2 – BELLO PARGA	MA-30
PSDB - 1			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2012/14	1 – LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1			
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 – JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

Atualizada em 14/8/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOÇAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092	9. VAGO		
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIGUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 17/09/2000

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PPS	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PSB	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO (POSIGAC/REUPDT)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
PPH			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
BLOCO DE POSIÇÃO (P-201)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JOSÉ SARNEY					
Vice-Presidente: CARLOS WILSON					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em 1º/09/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPICY – PT	SP	3219/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :09/08/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em 09/08/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSE SARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	# 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

II – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

(Art. 58 CF)

1) DESTINADA A ACOMPANHAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, O ATENDIMENTO FEITO JUNTO AOS DESABRIGADOS, FLAGELADOS E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DAS ENCHENTES E DESMORONAMENTOS QUE OCORREM NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS:

Presidente: ROBERTO FREIRE

Vice-Presidente: TEOTONIO VILELA FILHO

Relator: CLODOALDO TORRES

PMDB

Renan Calheiros (AL)

Ramez Tebet (MS)

PFL

José Jorge (PE)

PSDB

Teotonio Vilela Filho (AL)

PPS

Roberto Freire (PE)

PTB

Clodoaldo Torres (PE)

PT

Heloísa Helena (AL)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e-mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



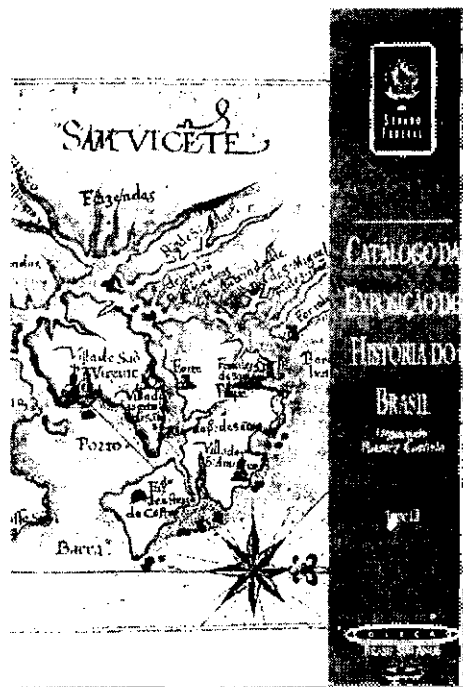
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

EP:

UF:

Publicação

Quantidade

Preço Unit. (R\$)

Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS